



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 486 - DE 4 A 18 DE OUTUBRO DE 2014 - R\$ 3,00

Nem Dilma, nem Aécio.

Nem PT, nem PSDB

Voto Nulo

**pela construção do
partido operário
revolucionário**

Oposição revolucionária a Dilma

Em defesa da independência de classe do proletariado e demais explorados

Em qualquer eleição que decidirá a manutenção ou renovação da composição das forças políticas da burguesia no Estado, o fundamental para o partido marxista se concentra na luta pela independência de classe do proletariado. Não há e não haverá eleição em que a burguesia possa perder o poder para os explorados.

Não se trata de uma afirmação subjetiva. Nunca houve uma eleição que desse lugar a um poder operário. Por mais esquerdista que seja o governo eleito, por mais que professe um socialismo qualquer e por mais que prometa governar contra os interesses da burguesia interna e do imperialismo, sempre será em última instância um governo burguês. Não faltam exemplos que comprovem. Quase sempre, servem para os reformistas, nacionalistas e oportunistas apresentarem esse tipo de governo como anticapitalista, como de transição democrática para um governo socialista e como uma via para as transformações históricas. No final das contas, no entanto, revelam-se como agentes do grande capital e serviços das potências disfarçados de anti-imperialistas.

O exemplo mais trágico dessa experiência é o do governo de frente popular de Salvador Allende, no Chile, nos anos 70. Os explorados chilenos confiaram sua independência de classe ao Partido Comunista (estalinista) e ao Partido Socialista (social-democrata). Pagaram com sangue suas ilusões na possibilidade de eleger um governo que levaria o Chile ao socialismo.

No presente, os governos que levantaram a bandeira do “socialismo do século XXI” têm sido reeleitos, contudo, sem moverem um dedo contra os grandes capitalistas, a não ser em algum caso isolado. É o caso presente de Evo Morales, que obterá novo mandato na pobre e oprimida Bolívia.

O Brasil, por sua economia, por sua burguesia nacional e por sua interdependência com as potências imperialistas já não comporta esse tipo de governo burguês de esquerda. Não que se exclua definitivamente essa possibilidade. Na situação de profunda crise e de ascensão revolucionária das massas, a burguesia poderá ter de lançar mão de um governo de frente popular, mascarado de socialista. Não foi o que se passou com o PT. Os governos de Lula e o de Dilma se assentaram desde o início na grande propriedade capitalista e preservaram boas relações com o imperialismo.

Conflitos pontuais com esta ou aquela fração da burguesia interna e externa sempre existirão em qualquer tipo de governo burguês. Lembremos o exemplo das discrepâncias da ditadura militar, sob o governo de Ernesto Geisel, com o imperialismo norte-americano. No fundamental, governam para a burguesia e contra as necessidades das massas.

É fundamental nas eleições dizer claramente para os explorados que ao elegerem este ou aquele presidente da República estarão inconscientemente mantendo a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida do país. **As esquerdas quando chamam a população a votar em seu candidato presidencial sob a bandeira de uma “alternativa socialista” e “por um governo dos trabalhadores” estão ocultando que as eleições servem unicamente para constituir um governo burguês.**

Antecipadamente, já se tem que partidos, com seus respecti-

vos candidatos, polarizarão a disputa. Esperava-se, inicialmente, o confronto entre o PT e o PSDB. Morre o candidato do PSB e sua vice, Marina Silva, pareceu que disputaria com Dilma Rousseff com chances de se eleger. Acirram-se as campanhas eleitorais e a máquina do PSB/Rede se mostra pouco potente. Marina começa a despencar e Aécio a se elevar. O PT e sua coligação com o PMDB, com todas as ramificações do Estado, compareceram como a mais gigantesca força política. Mas o PSDB também ocupa uma considerável posição no aparato estatal. O candidato da burguesia paulista e de quase todo o Sudeste – a mais poderosa fração da classe capitalista – foi Aécio desde o início. Poderosos setores do capital, principalmente o financeiro, chegaram à conclusão de que os governos petistas deram o que poderiam dar.

Uma política revolucionária não pode deixar de explicar com todas as letras que as eleições sempre serão o campo das disputas interburguesas. Por trás delas, estão as frações da classe capitalista com seus particulares interesses. Não é fácil identificá-los com absoluta precisão, mas não impossível. O capital financeiro pendeu claramente para Aécio. O agronegócio do estado de São Paulo, e possivelmente do Sudeste, se alinhou ao PSDB. Dilma continuou com apoio das empreiteiras e de parte considerável da oligarquia do Norte e do nordeste. As multinacionais se posicionam às escondidas. Ganharam muito com os governos petistas. Mas a garantia de um governo melhor alinhado ao capital financeiro é-lhes mais conveniente, na situação de agravamento da crise.

A surpreendente recuperação de Aécio que pareceu um natimorto durante quase toda a campanha é fruto da brutal intervenção dos grupos capitalistas. Dilma contou com os privilégios conferidos pela legislação eleitoral. No entanto, os mais poderosos meios de comunicação apoiaram sem atenuantes Aécio Neves. O candidato do PSDB contou assim com os privilégios da liberdade da imprensa agir como monopólio privado. O ataque cerrado da grande imprensa ao PT e a Dilma funcionou como uma bateria de guerra eleitoral. Tudo, evidentemente, como se ocorresse na mais perfeita democracia.

As condições econômicas vêm se deteriorando, mas não ao ponto de ter atingido frontalmente as massas. Essa é a tendência. A alta do custo de vida, a redução da abertura de postos de trabalho, as ameaças de demissões e algumas quebras, porém, abalaram a convicção dos explorados de que sob o governo petista haveria “o crescimento sustentável com distribuição de renda”. O PSDB explorou essa tendência. Mas esteve presente na disputa outro fator político: os escândalos de corrupção. A oposição fez explodir, de dentro do próprio Estado, as denúncias, que compareceram perante a população como extensão do “mensalão”. A vasta classe média dos grandes centros urbanos comprou o santificado embrulho do PSDB, sem que o PT tivesse condições de contra-atacar com as mesmas armas. A corrupção inerente ao Estado, aos partidos da burguesia e aos negócios do grande capital compareceu como sendo uma particularidade do governo petista.

As esquerdas – socialdemocrata, estalinista e centrista – não tiveram presença marcante. Não atraíram a atenção dos explo-

rados. Sua escassa capacidade de propaganda as diluiu quase que completamente. O PSOL socialdemocrata pequeno burguês teve alguma projeção. Luciana Genro rompeu a marca do 1%. Em comparação com as demais candidaturas de esquerda, beneficiou-se da lei eleitoral e pôde exigir sua presença nos debates televisivos. Dirigiu-se principalmente a uma camada particular da classe média, com críticas às opressões (aborto, homofobia, racial, etc.) e defesa dos direitos civis. Não teve nenhuma identidade com a classe operária. O PSOL se mostrou definitivamente cristalizado como um partido pequeno burguês das causas civis. Os demais partidos, PSTU, PCB e PCO, o máximo que chegaram foi ao socialismo abstrato, declarativo e hipócrita. Em sua propaganda, esparziram algumas bandeiras desconexas, que pertencem ao programa revolucionário do proletariado (nacionalizações e estatizações, por exemplo). Uma vez desconexas, podem muito bem fazer parte de um programa reformista e nacionalista radical.

Nenhuma das correntes de esquerda baseou a sua campanha na estratégia revolucionária do proletariado. De maneira que permaneceram indiferenciadas sob a bandeira do socialismo abstrato. Esteve de todo ausente na propaganda dos esquerdistas a defesa da revolução social e da ditadura do proletariado. Consideram ultraesquerdismo propagandear a revolução proletária em oposição à disputa eleitoral dos partidos da burguesia pela troca de governo no poder. Para os socialistas declarativos, a tarefa se restringe à propaganda política de algumas das reivindicações e denúncias sobre o caráter antidemocrático da lei eleitoral. Jogaram fora a oportunidade de usar a estreitíssima tribuna eleitoral para mostrar aos explorados seu objetivo próprio de luta pelo poder. A renúncia da defesa da estratégia revolucionária resultou em capitulação das esquerdas aos métodos eleitorais burgueses.

A estratégia revolucionária esteve presente na campanha do POR pelo voto nulo. Explicamos aos trabalhadores e à juventude, apesar de nosso pequeno alcance, que o POR estava impedido de intervir nas eleições com seu programa e candidaturas próprias devido à lei eleitoral antidemocrática. Não considerou correto defender o voto crítico em uma das candidaturas de esquerda, uma vez que nenhuma delas servia de canal de expressão política dos explorados contra os partidos da burguesia. Mostramos em nossa propaganda que o voto nulo tinha por conteúdo a defesa da construção do Partido Operário Revolucionário.

No cômputo geral, houve enorme abstenção e milhões de votos nulos e brancos. Refletem desconfiança com os partidos da burguesia e um rechaço às mentiras eleitorais. Mas a esmagadora maioria dos explorados foi arrastada pelas pressões políticas dos partidos e do gigantesco aparato de propaganda da burguesia.

Infelizmente, a essência do balanço reside no fato de que a classe operária não teve um partido que pudesse intervir nas eleições com sua estratégia, métodos e programa revolucionários. Em toda experiência da luta de classes – nas eleições, os antagonismos de classe compõem deformados –, se apresenta a necessidade do partido que solde a vanguarda consciente, porque encarna o programa e a política do proletariado, com as massas exploradas. A intervenção nas eleições auxilia nesta tarefa, caso a vanguarda desenvolva sem temor, e em contraposição às pressões da burguesia e da pequena burguesia, a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

2º turno das eleições

Vote Nulo contra os partidos da burguesia e pela construção do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

A esmagadora maioria dos eleitores decidiu que haverá o 2º turno entre Dilma Rousseff/PT e Aécio Neves/PSDB. A candidatura de Marina Silva/PSB naufragou golpeada pela gigantesca propaganda dos dois partidos que agora se enfrentam em 26 de outubro. Os candidatos de esquerda não atraíram a atenção dos explorados. Uma das razões da escassa votação recebida pelo PSTU, PCO e PCB se deve a que foram completamente excluídos dos meios de comunicação.

Mais uma vez constatamos que as eleições são decididas pelo poder dos grandes grupos econômicos e pelo aparato dos partidos burgueses. Em nossa campanha pelo voto nulo, insistimos que as eleições são um instrumento de dominação da burguesia sobre as massas trabalhadoras e que a democracia não passa de uma forma de regime da ditadura de classe dos capitalistas.

A extrema desigualdade entre a campanha dos partidos da ordem e dos partidos que se reivindicavam independentes do aparato do Estado, que são os partidos de esquerda, refletiu a essência do processo eleitoral: constituição de um governo de continuidade à ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria oprimida. No 2º turno, as massas exploradas, empobrecidas e miseráveis darão a decisão final sobre qual candidatura se encarregará de manter o domínio burguês por mais quatro anos.

O PT serviu à classe capitalista por três mandatos presidenciais. A burguesia concentrou mais riqueza e mais propriedades; os explorados concentraram mais pobreza e mais miséria. É claro que os petistas dirão que o Brasil e a vida do povo melhoraram. A prova disso estaria nas migalhas que caíram do banquete dos ricos por meio do Bolsa-família. No entanto, o que conta é a situação real das famílias acantonadas nas favelas, nos cortiços e nas ocupações. O que conta são as gigantescas filas de doentes nos corredores dos hospitais. O que conta são os milhões de jovens sem trabalho e sem estudo. O que conta são os aposentados que vivem à míngua. O que conta são os milhares de jovens que são arrastados à marginalidade e assassinados pela polícia sanguinária. O que conta são os camponeses sem-terra. E o que conta é a violência latifundiária contra os camponeses pobres e indígenas.

O PSDB, por sua vez, descarregou a crise capitalista sobre o Brasil e trabalhadores. Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o PSDB ampliou a submissão do Brasil ao capital

internacional imperialista: submeteu o país à orientação neoliberal do FMI, privatizou grande parte das estatais, impulsionou a desnacionalização, abriu o mercado para as potências, salvou os bancos de quebras, endividou ainda mais o país e impôs uma política econômica recessiva. Atacou profundamente a vida dos brasileiros: destruiu maciçamente postos de trabalho, elevou a taxa de desemprego, impôs a terceirização, decretou a reforma antipopular da previdência, arrochou o salário mínimo e desfechou um duro golpe sobre os camponeses. A burguesia aumentou sua riqueza e concentrou propriedades e avançou enormemente a distância entre ricos e pobres.

O PT e o PSDB são partidos da burguesia. Os explorados não devem se enganar por suas diferenças. Não devem se enganar porque um promete mais do que o outro. Não devem se enganar porque um praticou um pouco mais de assistencialismo do que outro. A crise econômica obrigará o novo governo, Dilma ou Aécio, a desfechar um duro golpe sobre os assalariados, os camponeses e os indígenas.

Nesse 2º turno, os explorados não decidirão qual governo que atacará a burguesia e defenderá os oprimidos. O PT dirá que Dilma é esse governo. O PSDB dirá que Aécio será melhor que Dilma para a população. Dilma e Aécio estarão em pé de igualdade para mentir aos brasileiros sobre o que fará o próximo governo. Depois de eleito, o governo se encarregará de proteger a classe burguesa da crise econômica. Os operários, os camponeses e a juventude terão de levantar suas reivindicações e partir para a luta. Terão de enfrentar o novo governo. Ou, então, arcarão com a crise capitalista.

As ilusões nas eleições são promovidas não apenas pelas instituições da burguesia, mas também pelas organizações sindicais, estudantis e movimentos populares. A CUT, CTB, MST, MTST, UNE e outras organizações estarão com Dilma. A Força Sindical, UGT, principalmente, estarão com Aécio. Os sindicatos e organizações populares, em sua maioria, estão submetidos ao governo burguês e dividem eleitoralmente os trabalhadores. No entanto, a CUT, CTB, Força Sindical e outros estão

As esquerdas diante do 2º turno

PSol com Dilma

Eis a orientação do PSol: “recomendamos que os eleitores do PSol não votem em Aécio Neves no segundo turno das eleições presidenciais.” E em Dilma? Concluiu o comunicado: “A partir dessas considerações, o PSol orienta seus militantes a tomarem livremente sua decisão dentro dos marcos desta Resolução.” A decisão do PSol, portanto, é a de liberar o voto em Dilma. Quem não se sentir confortável em votar no PT, pode optar pelo voto nulo, branco ou abstenção. Trata-se de uma posição oportunista.

O PSol se construiu como uma federação de tendências, grupos e camarilhas. Chamam a federação de oportunistas de partido democrático.

Certamente, há aqueles que defendem o voto em Dilma, sob o argumento de que é preciso barrar o PSDB. Assim se desconhece a política pró-capitalista do PT, sua responsabilidade em fortalecer a ditadura de classe da burguesia por meio da democracia oligárquica, em estatizar os sindicatos, em burocratizar a CUT, em favorecer a Força Sindical, em eliminar direitos dos trabalhadores e em favorecer as multinacionais.

unidos no essencial: trabalham por formar um novo governo burguês, alimentam as ilusões dos explorados nos partidos da burguesia, anulam os métodos de luta da classe operária e se negam a defender as reivindicações dos oprimidos. Enquanto as organizações operárias, populares e estudantis estiveram sob a direção de burocracias e politiquinhos vinculados aos partidos da burguesia, os explorados serão usados para eleger governos burgueses, que serão seus algozes.

O PT já mostrou claramente que não tem nada a ver com a classe operária. Usa a máscara de “trabalhadores” e se vale das organizações sindicais para manter a ditadura de classe da burguesia. Está aí por que não pode mostrar para os explorados que o PSDB, com seu candidato Aécio, é um dos partidos da burguesia, mais precisamente de uma fração do grande capital sediado no Sudeste.

Trabalhadores e juventude, é preciso abrir os olhos e não se deixar enganar pela política burguesa. A classe operária pode e deve ter sua política própria, completamente oposta à política da burguesia. **Trata-se de construir o partido operário revolucionário. Sem um partido próprio não é possível uma política própria, proletária.** Observem que nas eleições os explorados não contaram com um partido próprio. Assim, não puderam ter a possibilidade de romper com o monopólio eleitoral dos partidos da burguesia. Não puderam se colocar diante de um programa de combate ao capitalismo. Não puderam dar um passo à frente na sua independência de classe. Não puderam subir um só degrau na sua consciência socialista.

O Partido Operário Revolucionário reafirma a defesa do voto nulo contra os partidos da burguesia. O objetivo principal é o de construir o partido da revolução proletária. O voto nulo é a única possibilidade de um voto consciente, o voto da não submissão, o voto da independência de classe diante dos partidos da burguesia e de seu Estado.

Trabalhadores e juventude, nem PT, nem PSDB; nem Dilma, nem Aécio. Vote nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário

Um partido plenamente eleitoreiro não pode defender o voto nulo, mesmo em uma situação de disputa de duas candidaturas da burguesia. O PSol sabe que parte de seus eleitores votarão em Dilma. Para não se indispor, decide por liberar o voto. Atende aos seus militantes que querem estar com Dilma; agrada aos eleitores que vão votar em Dilma, com ou sem o consentimento do PSol.

Tamanho oportunismo mostra que os “socialistas com liberdade” já apodreceram na política institucional e eleitoral. Está aí por que recebem dinheiro de empresários e consideram que esse gesto não fere nenhum princípio do socialismo.

Demora em decidir – PCO e PCB

O PCO deixou para comunicar sua posição depois de realizada sua Conferência Nacional, nos dias 11 e 12 de outubro. Rui Costa Pimenta, no debate realizado pela Apropuc, respondeu à pergunta sobre o segundo turno afirmando que PCO não tinha uma decisão sobre o voto nulo e que a Conferência iria determinar a posição. Deu a entender que há no partido uma

posição favorável ao voto em Dilma.

Não é de todo descabida a possibilidade de divergência interna. PCO fez campanha pouco antes do processo eleitoral contra o que chamou golpe de direita em marcha, referindo-se ao processo do mensalão, e combateu o movimento “Não vai ter Copa”, como se fizesse parte do golpismo.

Em seu comunicado (“PCO se fortalece na eleição com excelente votação nos estados”), limita-se a se autoglorificar, fazendo o cálculo especial de que “o total de pessoas que votaram no partido deve passar de 50 mil”. Como se vê, o exitismo não custa nada, é de graça. No final do maravilhoso balanço numérico, comunica que a Conferência Nacional irá “deliberar sobre a política do partido para o próximo período”. Não faz sequer menção ao segundo turno. No entanto, certamente, terá de decidir pelo voto em Dilma ou voto nulo.

O silêncio de PCO, passados dias do fim do segundo turno e quando os candidatos já estão em campanha, revela que carrega um dilema. Basta a dúvida para se ter a noção de quanto o PCO está carcomido pelo oportunismo, embora compareça como radical, não economizando o fraseado esquerdista.

O PCB também omitiu que posição terá no segundo turno. Passam os dias, e ainda não se sabe se os estalinistas recauchutados optarão por Dilma. Para o PCB é mais fácil tomar a decisão do que para o PCO, uma vez que é tradição do estalinismo servir a um dos partidos da burguesia em disputa eleitoral.

PSTU declara voto nulo

No debate, José Maria foi taxativo: o PSTU se posicionaria pelo voto nulo. Um pouco tardio, mas divulgou uma declaração nesse sentido. O que chama a atenção são os termos com que anuncia o voto nulo. É como se fosse alguém pagando uma pena.

Eis as primeiras palavras da declaração: “(...) nós entendemos as razões que levam ainda muitos trabalhadores a acharem que é melhor votar em Dilma para derrotar Aécio Neves, e respeitamos,

Esquerda debate as eleições

Candidatos expressam o distanciamento da tática marxista

O Partido Operário Revolucionário (POR) fez a defesa do voto nulo ao lado dos candidatos do PSTU, PCB, PCO e PSOL. O debate foi realizado no anfiteatro da PUC/SP, sob a organização da Apropuc. O plenário ficou repleto. Terminadas as exposições, a coordenadora Beatriz Abramides, diretora da Apropuc, abriu ao plenário para que se fizessem perguntas. Os partidos tiveram um tempo curto para responder, mas de conjunto não deixaram de expor suas posições.

Não temos dúvidas de que esse foi o único acontecimento democrático, em São Paulo, no processo eleitoral que tivemos conhecimento. Certamente, pela sua dimensão microscópica não terá nenhum peso na arena eleitoral conduzida e manipulada pelos partidos da burguesia. O fundamental está em que se configurou como um ato político contra a discriminação aos partidos de esquerda.

Observamos que as esquerdas, cada corrente por si, não têm sido capazes de lutar por uma tribuna comum para expressar suas posições perante as massas. O Ato – assim deve-

obviamente, a opinião de todos que pensam assim.”

Que razões são estas? O Bolsa Família. O Minha Casa, Minha Vida? O ProUni, Fies? As cotas raciais? O salário mínimo? A taxa de desemprego? Os subsídios às multinacionais? O Inovar Auto? A experiência negativa com o PSDB? Os riscos de uma mudança de política econômica?

O PSTU não entra no mérito do que entende como razões de muitos trabalhadores votarem em Dilma. A omissão deixa em aberto a caracterização do governo do PT. Parece que os trabalhadores têm razões que dizem respeito a medidas progressivas dos governos Lula e Dilma, como se de fato tivessem defendido suas vidas.

Se é preciso respeitar as razões de os trabalhadores votarem em Dilma, então o PSTU esteve diante do dilema do voto nulo ou apoio a Dilma.

Os morenistas substituem a análise concreta de classe pelas impressões eleitorais. Não há que encontrar nenhuma razão progressiva no voto dos trabalhadores em Dilma, o que obrigaria, por sua vez, a demonstrar as razões reacionárias de uma massa de trabalhadores votar em Aécio, Alckmin, etc.

Não há nada que respeitar aos trabalhadores que votarão em Dilma, e há nada a desrespeitar àqueles que votarão em Aécio. Há que dizer com absoluta convicção e clareza que as massas estão sendo arrastadas por trás da disputa interburguesa. E que a sujeição dos explorados ao PT e ao PSDB está lhes custando caro e que vão pagar mais caro ainda. Há que dizer que o voto nulo contra os partidos e candidatos da burguesia é parte da luta pela independência de classe dos oprimidos e da defesa da estratégia revolucionária.

Essa historieta de “respeitar as razões” dos trabalhadores votarem em Dilma é uma concessão ao pseudo reformismo do PT e uma adaptação à submissão dos explorados aos partidos da burguesia. Temos a certeza de que o PSTU não fará uma campanha pelo voto nulo. Sua posição é tão-somente declarativa.

mos caracterizá-lo – encerrado em um auditório demonstrou em miniatura como se pode combater o cerco autoritário da democracia burguesa às vozes revolucionárias ou democráticas radicais.

É bem provável que o exemplo não sirva às correntes legalizadas, mergulhadas que estão à procura de migalhas eleitorais. O POR destaca a forma democrática de uma tribuna oposta à montada pelo Estado para arrastar as massas por detrás de seus partidos e erguida inteiramente sobre os alicerces do poder econômico.

Os candidatos foram unânimes em reclamar da desigualdade antidemocrática em favor da oligarquia partidária e da impossibilidade das esquerdas se expressarem perante as massas. Gastaram um bom tempo em suas exposições com denúncias sobre o sistema eleitoral discricionário. Esforçaram-se por mostrar que não tinham como se potenciar eleitoralmente uma vez que todos os meios de comunicação de grande alcance nacional estavam a serviço das três candidaturas burguesas em

disputa. É claro que não reclamaram nestes termos - diziam que não podiam apresentar seus programas, suas plataformas e suas propostas.

Podia se perguntar se os candidatos das esquerdas desconheciam que a democracia e, em particular, seu aparato eleitoral deixam de ser em alguma circunstância instrumento da ditadura de classe da burguesia sobre os explorados. Tivemos a impressão que Rui Costa Pimenta (PCO), quem mais discorreu sobre os obstáculos draconianos da legislação e dos meios de comunicação, Mauro Iasi (PCB) e José Maria (PSTU) se esqueceram do beabá da teoria marxista do Estado. A representante do PSOL ficou quieta. Não havia o que reclamar porque sua candidata, Luciana Genro, tem sido incluída nos programas de debate dos candidatos. Mas se sabe que a exclusão dos candidatos de esquerda cujos partidos não têm nenhum assento no Estado é apenas um aspecto da discriminação.

O essencial é que todos ocultaram o fundamental: a democracia burguesa e as eleições são uma forma de regime político da ditadura de classe da burguesia. Está aí por que a intervenção do partido revolucionário nas eleições é uma decisão tática que deve corresponder à estratégia. Se os marxistas dependem de uma legislação eleitoral democrática para se expressarem diante das massas, ficarão sentados no cais a ver navios. Atenção ao que dizemos. Não se trata de deixar de denunciar o cerceamento democrático, nem de defender uma legislação democrática. As reivindicações democráticas são imprescindíveis na luta contra os capitalistas e seu Estado. Auxiliam a classe operária, por meio de seu partido, a identificar a ditadura de classe da burguesia. Para que sejam auxiliares - e não um fim em si -, é obrigatório que os marxistas identifiquem a ditadura de classe e apresentem a estratégia revolucionária do proletariado.

Os candidatos de esquerda, que se dizem socialistas, faltaram com esse dever marxista e fizeram de suas críticas à democracia uma mera reclamação liberal. Assistimos, lamentavelmente, aos esquerdistas como representantes da democracia pequeno-burguesa radical.

Bastou uma associação de professores de uma universidade clerical-conservadora convocar um debate para despertar a atenção dos estudantes. Teve hombridade democrática de convidar o POR a expor sua posição sobre o voto nulo.

Sabemos perfeitamente que não se trata apenas das restrições legislativas ao direito de todos partidos exporem em igualdade de condições suas posições. Os sindicatos, centrais, organizações estudantis e populares também têm servido de instrumentos antidemocráticos. Sob o controle da burocracia sindical, servem de correia de transmissão da política burguesa, portanto, da ditadura de classe dos exploradores. Mas o que se passa com as organizações de massa controladas pelas esquerdas, em particular pelo PSOL e PSTU? Têm organizado tribunas democráticas, como fez a Apropuc, para potenciar a luta contra os cerceamentos das leis burguesas e do poder econômico? A Central Sindical e Popular-Conlutas e a Intersindical tomaram a iniciativa como fez a Apropuc? O DCE da USP controlado pelo PSOL e PSTU lançou-se pelo direito democrático de expressão das candidaturas de esquerda e do voto nulo? Vimos que não. A sua sabatina aos candidatos armou uma tribuna que incluiu os candidatos da burguesia. Não permitiu a

defesa do voto nulo. E individualizou a discussão com os candidatos de esquerda. O PSTU e PSOL são tão democráticos que impedem os defensores do voto nulo de se pronunciar e permitem os representantes da burguesia de defender a política reacionária. Até onde chega nosso conhecimento, cada corrente usa seus aparelhos para suas candidaturas e não permitem que sirvam de tribuna para se chegar a parcelas crescentes da classe operária, dos camponeses e da juventude.

Os partidos burgueses contam com o monopólio das transmissões dos meios de comunicação, com o concurso de sindicatos, movimentos como o MST, MTST e igrejas. As massas são controladas com maior eficácia pelas suas próprias organizações. A substituição da democracia operária pelo burocratismo autoritário-gangsteril nos sindicatos e organizações populares é infinitamente mais poderoso para a burguesia submeter os explorados à sua política do que a Rede Globo e associados.

O que fazem as esquerdas, por sua vez, quando conquistam uma parcela dos sindicatos, como no caso do PSTU que controla a CSP-C? Suprimem o burocratismo e desenvolvem a democracia operária? Esse era seu dever como "socialistas" que se reivindicam do trotskismo. Mas não é o que ocorre. Instalam uma burocracia de esquerda, cuja diferença da burocracia de direita é de grau (não de essência). Como as esquerdas podem denunciar os impedimentos autoritários burgueses às suas campanhas eleitorais, se não os combatem com as armas da democracia proletária?

Excetuando a representante do PSOL que não disse coisa com coisa, que do jorro verborrágico juvenil não se apura uma só gota de suor, os demais candidatos se repetiam. Todos disseram participar nas eleições para defender o socialismo e apresentaram pontos de um "programa" ou "plataforma" quase idênticos (emprego, salário, educação, saúde, direitos civis, igualdades sociais, estatizações, reforma agrária, liberdades políticas, etc.). Não foi possível notar diferenças sensíveis.

No plano eleitoral, quase que se igualam na defesa do socialismo abstrato e em boa parte da plataforma. É bem possível que por isso também não se distinguiram quanto à tática eleitoral.

A insistência de Rui de que as eleições servem fundamentalmente para fazer propaganda política caiu bem para todas as candidaturas do PSTU e PCB (a representante do PSOL se perdeu nos distracionismos). Sobre o socialismo, a propaganda política é a das declarações vazias e alheias à estratégia revolucionária. As reivindicações e bandeiras arroladas não guardam nenhuma relação entre si e se apresentam destituídas de qualquer ligação com a estratégia.

Observa-se que as esquerdas (esquerda reformista social-democrata, estalinista renovada e centrista que se diz trotskista) estão convencidas de que com essa "propaganda política" eleitoral estão impulsionando a luta pelo socialismo. Na realidade, se mostram impotentes diante da legislação discricionária e do gigantesco controle dos partidos da burguesia sobre as massas. Impotência essa que se expressa na adaptação eleitoral ao ambiente da pequena-burguesia e do extraordinário atraso político do proletariado. Não por acaso, todos os candidatos procuraram se apresentar como democratas radicais nas críticas à democracia burguesa e socialistas declarativos.

O POR, pelo contrário, expôs imediatamente a estratégia

da ditadura do proletariado e o programa da revolução proletária. Toda sua explicação sobre as eleições, a democracia burguesa, a tática de intervenção, a decisão pelo voto nulo, a tarefa de construir o partido no seio dos explorados, as reivindicações, as tarefas democráticas e socialistas, de conjunto, se condicionaram à estratégia revolucionária. Enquanto os candidatos das esquerdas, sem exceção, ocultavam ou se negavam a apresentar a estratégia com a qual seus partidos intervêm nas eleições, o POR foi claríssimo e reiterativo: *é imperativo apresentar-se como incorporação política da estratégia da ditadura do proletariado, do programa de destruição do Estado burguês e de expropriação revolucionária da propriedade privada dos meios de produção*. Esse foi o ponto distintivo no debate.

Eleições, tática e estratégia

Fizemos acima uma consideração geral da discussão. É bom detalhar alguns pontos essenciais. Podemos agrupá-los na relação entre eleições, tática e estratégia. O POR foi incisivo na demonstração de que a única razão de não ter candidatos se devia à lei discricionária que o impedia de preencher as condições impostas pelo Estado burguês. A defesa do voto nulo se concentra na bandeira: *vote nulo contra os partidos da burguesia e pela construção do Partido Operário Revolucionário*. Aproveitamos a campanha do voto nulo para demonstrar a democracia como ditadura de classe da burguesia e apresentar a estratégia revolucionária do proletariado. E para defender um sistema de reivindicações e tarefas transitórias ao socialismo. Nenhum dos candidatos se animou a dizer que se tratava de ultraesquerdismo, apesar de assim pensarem. O PCB foi o único que se referiu ao voto nulo e disse ser legítimo na situação.

O militante do POR não se limitou a essas considerações. Criticou os partidos de esquerda por não terem aberto a discussão sobre a constituição de uma frente revolucionária de intervenção nas eleições e fundamentou por que o POR não apoiava nenhuma das candidaturas das esquerdas. Destacou que não expressavam a estratégia do proletariado, estavam adaptados ao eleitoralismo, negaram-se a convocar a formação de uma frente revolucionária e nenhum dos partidos servia de canal de contestação de uma significativa parcela dos explorados aos partidos da burguesia.

A militância porista divulgou um manifesto contendo as principais formulações apresentadas pelo seu representante na discussão e divulgou o jornal Massas que chama o voto nulo.

Nas respostas dos candidatos, dois pontos realçaram, justamente por envolverem a tática e a estratégia.

A intervenção nas eleições pode prescindir da defesa da estratégia revolucionária?

O POR defendeu a necessidade de intervir nas eleições com o programa que expressasse aos explorados a revolução e a ditadura do proletariado. O dever revolucionário de deixar claríssimo que pela via das eleições e da democracia burguesas os explorados nada conquistarão. Que eleições e democracia são instrumentos da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. E que a classe operária tem seus próprios meios de luta (greves, etc.) Em síntese, essa foi a formulação apresentada pelo representante porista.

Até então os candidatos se referiam ao socialismo em ge-

ral. O PSTU chegou a mencionar de passagem a “revolução socialista”. O PCB citou sem explicação um tal de “projeto anticapitalista, socialista”. O PCO finalizou sua exposição com a premissa de que lutava por um novo partido de trabalhadores de massa, operário e socialista e que fazia nas eleições propaganda pelo socialismo.

Diante da defesa do POR, José Maria/PSTU respondeu que a proposição do POR era “ultimatista”. Disse que seu partido tem no programa a ditadura do proletariado, mas que seria ultraesquerdismo apresentá-la nas eleições e que se tratava de criar o movimento das massas em sua direção. Foi uma contraposição clara e taxativa. Mauro Iasi respondeu não tão diretamente. Mas deixou a entender que as transformações socialistas no Brasil passarão pela potenciação eleitoral das forças de esquerda combinada com outros métodos de luta de massa (“construir o poder popular”). Pareceu-nos que o PCB considera praticamente inviável a insurreição como método para o proletariado derrubar o poder da burguesia e que é coisa do passado. Rui Pimenta/PCO desconheceu a colocação do POR e a resposta do PSTU. Seu alheamento foi de quem se colocou por cima de um choque de posição como se fosse algo estranho. Mas não se trata de especular sobre os seus motivos. Em sua exposição, não se referiu à estratégia. Apenas indicou a tática eleitoral da propaganda política.

O PSTU deixou claro que não se tratava de expor a estratégia da ditadura do proletariado. O PCO ignorou a questão. E de conjunto os partidos de esquerda mostraram que não atuavam nas eleições para expressar a estratégia revolucionária. Em resumo, foram estas as atitudes políticas dos candidatos de esquerda.

Um partido marxista em sua intervenção nas eleições pode pôr de lado a estratégia?

De acordo o programa do POR, a resposta é não, taxativamente não! Em qualquer circunstância da luta de classes, é dever dos marxistas defender, explicar e propagandizar a estratégia da revolução proletária, embora não haja uma situação em que se coloque a agitação pela derrubada do poder burguês. No caso específico da luta pela independência de classe dos explorados nas eleições, o problema da estratégia se torna mais sensível, assume uma importância particular. Temos o dever de demonstrar inequivocamente que as eleições são um instrumento de poder da burguesia e só da burguesia, jamais da classe operária.

Recordemos que primeiro o reformismo lutou contra o marxismo com as armas da democracia burguesa, depois o estalinismo com o revisionismo do leninismo, advogando a possibilidade da transformação socialista pela via democrática e pacífica. Mauro Iasi chegou a roçar essa posição contrarrevolucionária em sua resposta à questão da estratégia. Rui se calou olímpicamente diante do confronto de posições aberto pelas proposições marxistas do POR, numa demonstração de que nossas críticas do passado ao Causa Operária sobre a revisão que substituiu a fórmula de governo operário e camponês (ditadura do proletariado) pela do “governo dos trabalhadores” tinham pleno sentido. O PSTU atacou com o verbete de “ultimatismo” e “sectarismo” porque de fato não se organiza sobre a base do programa da revolução proletária, embora repita sua

“revolução socialista”. Para essas correntes – socialdemocrata, estalinista e revisionista –, não é necessário se apresentar perante as massas com a estratégia revolucionária.

É bem provável que os candidatos de esquerda não tiveram consciência de que esta foi a principal questão que todos tinham de responder e que dividia as águas entre o POR e os demais partidos de esquerda. O PSTU teve o mérito de se manifestar com clareza.

PCO explicou que apoia sua campanha em questões chave para enfrentar a crise. Expôs alguns pontos do que chamou “plano de luta”, como salário mínimo vital, redução da jornada de trabalho, estatização do sistema financeiro, do petróleo, reforma agrária, liberdades democráticas, Assembleia Constituinte. O PCB expôs os “cinco eixos” de sua plataforma eleitoral: desmercantilização da vida, reversão das privatizações, reforma agrária, reforma urbana, garantia de direitos. O PSTU referiu-se a um programa de reivindicações factível de ser atendido devido às condições materiais e sociais a que chegou o capitalismo no Brasil: salário, emprego, educação, saúde de qualidade, moradia, reforma agrária, fim das opressões (racial, feminina, LGTB). Nota-se que há uma aproximação do PSTU com o PCB sobre o que é possível de se conquistar nos marcos do capitalismo. Essa posição se caracteriza por desvincular as lutas pelas reivindicações elementares da luta pelo poder.

De fato, para sermos exatos, todos os candidatos apresentaram o rol de reivindicações desvinculado da estratégia. Tome-mos uma das bandeiras comuns aos quatro partidos: a reforma agrária. Como levar essa tarefa democrática aos camponeses sem apresentá-la como parte da revolução proletária? Não se pode ocultar a necessária aliança entre a classe operária e a classe camponesa para expropriar os latifundiários. Vejamos mais um exemplo: a estatização do capital financeiro (apresentado pelo PCO, PSTU e PCB). Como defender uma tarefa que rompe o domínio burguês sobre a economia e que golpeia a ascendência do imperialismo sobre o Brasil sem apresentar a estratégia de poder e a classe que irá tomar uma medida de governo tão arrasadora para os interesses dos capitalistas?

José Maria, no trajeto de sua exposição, chegou a dizer que não será o voto que levará às mudanças. Esperávamos que completasse a premissa, mas não o fez. O POR diz que as eleições, o governo eleito e o parlamento constituído são instrumentos da dominação burguesa. Nas condições de decomposição do capitalismo, não podem ser agentes de reformas. Está aí por que as eleições não são a via de solução de nenhum problema vivido pelos explorados. Se não será com o voto, será como? As esquerdas também podem fazer demagogia e hipocrisia eleitorais. A burguesia não tem direitos exclusivos nesse particular. Apenas evita que os esquerdistas tenham espaço para divulgá-las.

José Maria foi cínico ao atacar o POR com a pecha de ultrasquedista diante de nossa defesa da estratégia de poder do proletariado e ao mesmo tempo afirmar que com o voto nada se consegue. Pior ainda, rechaçou nossa posição marxista procurando se apoiar no exemplo do bolchevismo na Revolução Russa. Arengou que as massas protagonizaram a revolução sob a bandeira de pão, terra e liberdade. Isso para dizer que não foi sob a bandeira da ditadura do proletariado. O representante do PSTU abusou da inteligência dos presentes. O partido

bolchevique, sob a direção de Lênin, teve de derrotar no seio dos explorados a estratégia do oportunismo, especialmente do menchevismo e do socialismo-revolucionário. E não foi com a bandeira de pão, terra e liberdade que obteve a vitória e conduziu o levante do proletariado e camponeses ao poder. A luta em torno da estratégia revolucionária formou o bolchevismo, esteve na base de seu programa e possibilitou a organização da insurreição armada. Em nenhum momento o bolchevismo deixou de defender a estratégia de poder no seio das massas. Não se deve omitir em se tratando da Revolução Russa que a vitória do proletariado se deveu à vitória do bolchevismo contra os oportunistas, espontaneístas e seguidistas. A bandeira de “pão, terra e liberdade” apenas sintetizou as necessidades do momento para unificar os explorados no curso da tomada do poder. Se o partido bolchevique não viesse trabalhando a estratégia da revolução desde sua origem não haveria possibilidade de que tal síntese do momento revolucionário servisse às massas para se lançar à tomada do poder. Se há uma formulação programática do marxismo forjada no processo da Revolução Russa é a de que as reivindicações que impulsionam instintivamente (espontaneamente) o proletariado à luta de classes o levam à luta pelo poder. A função histórica do partido marxista é justamente a de estabelecer a relação indissolúvel entre as reivindicações mais elementares e a estratégia de poder.

As candidaturas de esquerda, principalmente as dos partidos que se reivindicam do trotskismo, estão tendo a oportunidade impar de comparecer perante a classe operária, os camponeses e a juventude com a estratégia da revolução. Mas não atuam como partidos leninistas. Não aproveitam o pequeníssimo espaço que obtiveram na tribuna eleitoral da burguesia para propagandear a revolução proletária, os métodos de ação, as reivindicações e as tarefas democráticas e socialistas. Jogam fora o tempo precioso com choramingsos sobre o monopólio eleitoral da burguesia e com promessas sobre saúde, educação, melhoria salarial, fim das discriminações, etc. Rui Pimenta desperdiçou sua presença na televisão para reclamar que o poder econômico manda nas eleições e assim concluir laconicamente que “isso tem de acabar”. O PCB exorta um misterioso “poder popular”. Atuam nas eleições como democratas mais ou menos radicais, e não como revolucionários marxistas.

Frente de esquerda

O POR questionou por que os partidos de esquerda não se colocaram pela constituição de uma frente revolucionária. Poderiam ter aberto uma discussão sobre o programa, a tática, as tarefas e as candidaturas. Uma frente dessa natureza é possível entre partidos que não têm nenhuma ligação com a burguesia e nem expressam a sua política. Evidentemente, há diferenças entre as correntes de esquerda, que podem inviabilizar uma frente revolucionária para intervir nas eleições. Mas em um quadro de discussão e decisão garantidas pela democracia operária se poderia chegar à conclusão sobre a constituição ou não, bem como a sua constituição com uma parcela das correntes.

Uma frente de esquerda poderia potenciar a luta contra as discriminações eleitorais, a defesa das reivindicações que opõem os explorados aos capitalistas, a propaganda revolucionária do socialismo, etc. Uma frente contra os partidos da

burguesia e com objetivos bem definidos não contraria os fundamentos táticos do marxismo. Há ricas experiências nesse sentido. O POR estaria disposto a compor e a trabalhar pelos candidatos de uma frente que de fato utilizasse a tribuna burguesa para defender a independência dos explorados, convocá-los a levantar suas reivindicações e a tomá-las em suas próprias mãos com os métodos da ação direta.

Na última eleição municipal, participamos do processo de formação da frente de esquerda em Natal (RN), mas a tentativa fracassou devido ao rompimento do PSTU com a plenária e do oportunismo do PSOL. Esse fato mostra a seriedade como o POR volta a colocar a questão.

Sabemos que não é possível se chegar a uma unidade estratégica. Mas para isso as correntes conservam a liberdade de defender sua linha programática.

Na discussão, o PCB avaliou que foi negativa a frente montada com o PSTU e PSOL nas eleições de 2006 e 2010. O PSTU explicou que tentou uma frente com o PSOL, mas que não foi possível devido ao programa e que não convidou o PCB porque sabia que este não estava disposto a integrar a discussão sobre a frente. A representante do PSOL rebateu as acusações do PSTU e declarou que pessoalmente era favorável à frente. O PCO afirmou que nunca foi convidado para discutir a frente. No entanto, Rui Costa Pimenta deixou claro que é contra, uma vez que cada corrente faz sua propaganda política. O que quer dizer que se tivesse sido convidado teria rejeitado.

Resumo do pronunciamento do POR no debate das esquerdas na PUC

De início, deixamos claro que, diferentemente dos demais debatedores, que chamavam voto em suas candidaturas, que sob a bandeira do socialismo genérico, abstrato, de algumas bandeiras de luta e denúncias contra a democracia burguesa mutilada, nossa defesa do voto nulo tem como objetivo a defesa do programa de revolução e ditadura proletária e a construção do partido operário revolucionário. Destacamos algumas razões para isso:

1) Não havia uma frente dos partidos de esquerda, que fosse construída a partir de plenárias de base abertas a todas as organizações que se reivindicam da luta dos trabalhadores contra a burguesia, amplamente convocadas e nas quais se discutissem o programa e as candidaturas subordinadas a ele; cabia aos debatedores explicar à plenária por que os partidos reformista, estalinista e dois deles que se reivindicam do trotskismo compareciam divididos nas eleições;

2) Não há possibilidade legal de inscrição de candidatos revolucionários do POR. Primeiro, por seu estágio embrionário de desenvolvimento; segundo pelos impedimentos da legislação eleitoral burguesa que impedem nossa legalização. Deixamos claro que defendemos o uso combinado dos meios legais e ilegais de intervenção, portanto da legalização. Mas mostramos que a legalização do partido revolucionário não é a adaptação às imposições restritivas da justiça eleitoral, e sim uma imposição das massas à burguesia. Se temos inúmeras restrições à participação eleitoral das esquerdas nas eleições, é porque as massas ainda não conseguiram impor liberdades democráticas que permitissem tal participação;

De fato, se o exemplo a ser seguido é o da frente entre o PSTU e PSOL, que acabou servindo para a candidata Heloisa Helena fazer profissão de fé religiosa e combater o direito ao aborto, é bom nem pensar no assunto – até hoje cheira mal. Os acordos de cúpula entre partidos que se medem pelo número de votos e pelo grau de controle burocrático de sindicatos conclui com uma frente eleitoral oportunista. Só de pensar, os pulmões se intoxicam.

Sobre a base da política de qualquer dessas correntes de esquerda, não é de fato possível uma frente revolucionária. Nenhuma expressa os métodos da democracia operária. Mas nem por isso se deve a priori, sem luta política, como faz PCO, se negar a defender a constituição de uma frente revolucionária. O POR não a apregoa porque não seja legalizado. Se não pode defender suas candidaturas próprias e nenhum dos partidos de esquerda serve de canal para as tendências objetivas dos explorados, os trotskistas atuarão, como estamos atuando, em defesa do voto nulo.

Há que se combater as ilusões de que o partido revolucionário depende da atuação legal nas eleições para se construir no seio da massas e como vanguarda do proletariado. Sabemos que a defesa da estratégia revolucionária nas eleições por meio de candidaturas próprias pode auxiliar nesta tarefa histórica, mas não é imprescindível.

Os marxistas devem impulsionar toda experiência que permita a luta contra a burguesia e pela organização indepen-

3) Mostramos nossas diferenças com os defensores do voto nulo por princípio (anarquistas) ou com os defensores do voto nulo por razões meramente eleitorais. Nossa defesa do voto nulo é uma decisão tática que decorre da avaliação de que as massas estão sendo arrastadas pelas frações burguesas a apoiarem seus candidatos e a confiarem neles para a resolução dos seus problemas, ao invés de se levantarem com os métodos insurrecionais por sua emancipação da opressão de classe, situação em que estaríamos obrigados a boicotar as eleições.

4) Apontamos três pontos essenciais da nossa defesa do voto nulo: a) denúncia da democracia burguesa como instrumento da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados em qualquer parte do mundo, nas democracias mais elevadas e nas mais mutiladas; b) defesa das reivindicações que realmente defendem a vida das massas e de seus métodos de luta direta, aos quais todos os outros métodos estão subordinados, inclusive as eleições; c) defesa da estratégia da revolução e ditadura proletária, do programa revolucionário e de seu partido, insubstituível na tarefa de elevação da classe em si em classe para si;

5) Criticamos as correntes que apóiam este ou aquele candidato das esquerdas atribuindo-lhes qualidades que não têm, como a de expressar a independência de classe, que só pode ser expressa pelo partido revolucionário do proletariado e por nenhum outro. O enfeite de candidaturas, mal chamado de “apoio crítico”, é oportunista e desvia as massas da tarefa de conquistar sua independência de classe por meio da construção de seu partido revolucionário.

A crítica à política de boicote às eleições

O Jornal “A Nova Democracia”, maoísta e que tem como uma de suas organizações responsáveis de divulgação o MEPR (Movimento Estudantil Popular Revolucionário), colocou-se pelo boicote às eleições. Pela defesa de “não votar!”. Segundo sua linha editorial, expressa nos números 137 e 138, divulgados em setembro, no Brasil e no mundo haveria uma “onda” de rechaço às eleições. Haveria, portanto, uma elevação da consciência das massas quanto à “farsa eleitoral”, que tornaria “vã” a tentativa dos partidos oficiais da burguesia (o chamado “Partido Único”) em legitimar o processo democrático burguês. Diante desse estágio na luta de classes, não haveria outra saída que não a defesa do boicote. O voto nulo só poderia ser defendido como princípio e não como tática, já que a defesa do voto e a defesa de participação nas eleições estariam caducas. A época em que Lênin teria defendido a participação nas eleições não teria qualquer paralelo com a época atual. Logo, seria uma tática circunscrita a uma época “morta”.

Não podemos deixar de caracterizar tais colocações como divagações abstratas, de um esquerdismo confuso.

Para que não haja dúvida quanto à fidelidade da posição dos maoístas, reproduziremos o final do editorial do número 137 de “A Nova Democracia”:

“Tudo isso só atesta o avançado estado de decomposição em que está mergulhado todo o edifício estatal brasileiro e seu sistema político de governo, expressos tão bem nesta ciranda de mentiras, cinismo, corrupção e horror que é o processo eleitoral e seus parlamentos. Nada novo pode surgir desse sistema putrefato que só existe para garantir os interesses do imperialismo e das classes dominantes locais de grandes burgueses e latifundiários.

E, em vão, tentam as frações do Partido Único faturar sobre a revolta popular do último ano. O rechaço às bandeiras das agremiações eleitoreiras nos protestos é algo mais que um modismo apolítico que sociólogos burocratas a soldo e a politicalha parasita preferem crer. Muito além disto, representa uma verdadeira elevação da consciência política das massas populares, que aos poucos vão se libertando das chantagens eleitoreiras e das apelações demagógicas deste ou daquele postulante a cargo eletivo.

O rechaço às eleições está nas ruas, em todos os lugares. O boicote à farsa eleitoral se anuncia grande. E nem Marina com seu velho conto de “nova política” pode detê-lo em seu crescente contágio.”

À descrição inicial, tão vulgar e tão conhecida da vanguarda militante, de que o Estado burguês é consumido por todo tipo de deformação política e que “nada de novo pode surgir desse sistema putrefato”, corresponde uma caracterização e um prognóstico fantasiosos: o de que a máquina dos partidos burgueses não interferirá na consciência atual das massas e de que elas caminham para o “rechaço às eleições” “em todos os lugares”...

Os quase 80 milhões de votos apenas aos dois principais candidatos da burguesia, Dilma e Aécio, demonstram a inconsciência das massas quanto à farsa eleitoral e ao “crescente contágio” da política do boicote. Mas antes de analisar essa política do boicote, ainda aponemos outro prognóstico ultraesquerdista baseado em uma descrição superficial. Trata-se do artigo “Rebelião em alta e eleições em baixa”, publicado no número 138.

Neste artigo expressa-se a ideia de que a “rebelião” crescente das massas contra o regime democrático burguês impõe a defesa do “boicote” às eleições. Baseando-se em dados eleitorais de vários países do mundo, os maoístas dizem que o rechaço às eleições é um fenômeno geral que prenuncia o processo de lutas revolucionárias que darão

força a uma “Revolução de Nova Democracia” (estratégia esboçada por Mao-Tse para responder à situação de opressão dos países atrasados na época do imperialismo).

Mais uma vez, A Nova Democracia faz afirmações completamente subjetivas (o abstencionismo em vários países, alguns dos quais, como os da Europa, onde sequer o voto é obrigatório), para se depreender o deslocamento das massas para um suposto levante insurrecional nas ruas contra o regime burguês (prognóstico que não coloca em nenhum momento o problema da direção revolucionária das massas).

Os maoístas chegam a afirmar que o abstencionismo tem crescido nos países europeus desde a década de 70. Afirmam isso para fazer passar a ideia de há um acúmulo de forças em linha reta, de forma progressiva e crescente. Esse esquematismo lógico pressupõe uma relação falsa, a de que o desgaste do processo eleitoral corresponde necessariamente ao desgaste das instituições burguesas e a elevação da consciência revolucionária das massas. Assim, mesmo que considerássemos, como podemos considerar em determinados momentos e em determinados países (e não como uma fórmula genérica que servirá a qualquer conjuntura e a qualquer país), que o abstencionismo revela um descontentamento com a farsa eleitoral e um desgaste com as ilusões democrático-burguesas, isso não conduziria à avaliação de que o “sistema está caindo ao pedaços” e que esforço algum dos partidos burgueses terá qualquer efeito.

Os próprios maoístas têm de reconhecer que a máquina estatal e o poder econômico acabam prevalecendo e determinando os resultados das eleições: “Enquanto o que decide mesmo é a guerra de milhões que movem esquemas desde cabos eleitorais em cada municipalidade, passando pelas prefeituras, governos de estados, ministérios e governo federal” (mesmo artigo citado anteriormente).

Se o rechaço às eleições fosse fruto de uma “elevação na consciência das massas” o poder das “prefeituras”, “dos governos dos estados”, dos “ministérios” e do “governo federal” teria, senão se neutralizado, ao menos diminuído. E isso sequer se esboçou como um fenômeno parcial, em nenhum estado do país, nem mesmo os que protagonizaram as grandes manifestações do ano passado.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, dois epicentros da grande “rebelião” de 2013, colocaram como vitoriosos do primeiro turno dois antigos algozes e representantes da “velha política” e do “velho sistema caindo aos pedaços”. Alckmin foi eleito ainda no primeiro turno com mais de 57% dos votos e Pezão foi para o segundo turno com mais de 41%. Quem foram os carrascos de junho de 2013 que não Alckmin e Sérgio Cabral, que apadrinha Pezão, seu atual vice? Onde está o rechaço das massas que se levantaram em junho? Onde está o crescente contágio da política de boicote à “farsa eleitoral”?

O difuso sentimento de descontentamento com os partidos burgueses não pode ser encarado como um rechaço ao sistema político burguês como um todo, como uma oposição à democracia representativa. Como Lênin afirmou em “O Esquerdismo: doença infantil do comunismo”, uma coisa é o parlamento estar “historicamente” falido, outra é estar “politicamente” falido. Uma coisa é a vanguarda não ter ilusões nas instituições democráticas, outra, bem diferente, são as massas terem essa consciência. Apenas o próprio processo revolucionário, conduzido por direção proletária, pode levar as massas a essa consciência. A espontaneidade da ação e a superação do regime de dominação burguês não podem ser vistos como dois pontos seguidos em uma linha reta. Interfere entre um ponto e outro a existência ou

não de um partido revolucionário com o programa e a estratégia proletária de tomada do poder e destruição do Estado burguês.

Sem esse partido e sem esse programa, da “ação” não se chega à “superação”. Mas a essa conclusão, os maoístas não podem chegar, tanto por sua estratégia quanto pelas concepções que carregam em torno da luta de classes e da caracterização do país. Não poderemos, no entanto, desenvolver essa crítica nesse espaço. A crítica a

Rio Grande do Norte

Eleições mostram domínio do poder econômico

Nas eleições do Rio Grande do Norte (RN), confirma-se a tese de que o poder econômico é que determina o resultado da disputa interburguesa nas eleições. Irão para o 2º turno dois candidatos que são velhas raposas. O primeiro colocado, Henrique Alves (PMDB), foi lançado à política por força da oligarquia Alves e já foi deputado por 11 vezes (44 anos), sendo sobrinho do Ministro da Previdência Garibaldi Alves. O segundo, Robson Farias (PSD), também é um velho político da burguesia, foi deputado por 6 vezes (24 anos). Na última eleição, eleito vice-governador de Rosalba/DEM, pouco tempo depois bandeou para a oposição. Ambos representam grupos econômicos locais.

Esse processo eleitoral contou com a indiferença da maioria dos trabalhadores. No estado, o percentual de votos brancos, nulos e abstenções chegou a 40,69%. Os dois candidatos se postaram como agentes da mudança. Diante do alto índice de rejeição da governadora, que não pôde se candidatar por veto do próprio partido (DEM), todos faziam referência à sua péssima administração. Na eleição passada, Henrique também apoiou e participou do governo do DEM.

Das duas vagas que o PT conseguiu para o Senado, uma foi a do RN. Fátima Bezerra (aliada de Robson Farias) obteve 54,84% dos votos. Fátima Bezerra contou também com o apoio de governadora Rosalba/DEM em Mossoró, reduto eleitoral dos Rosados.

O alto índice de voto nulo não é expressão de que os trabalhadores, camponeses e juventude oprimida rejeitam todo o processo eleitoral, uma vez que esse índice não se manteve nas votações para deputados e mesmo para presidente.

A força das famílias oligárquicas

O quadro para ocupar os cargos de deputados federal e estadual comprova a força das oligarquias

Walter Alves- dep. Federal (PMDB)	Filho de Garibaldi Alves Filho –Ministro da Previdência do governo Dilma Primo do candidato ao governo Henrique Alves
Agnelo Alves – dep. estadual (PMDB)	Tio de Garibaldi Alves Filho e irmão do senador Garibaldi Alves
Fábio Farias – dep. federal (PSD)	Filho do candidato Robson Farias ao governo
Felipe Maia –deputado federal (DEM)	Filho de Agripino Maia, senador “vitalício” (DEM)
Rafael Mota – deputado federal (PROS)	Filho de Ricardo Mota, reeleito deputado estadual

essa política particular dos maoístas só se justifica para diferenciá-la de nossa política de voto nulo contra os partidos da burguesia e pela construção do partido operário revolucionário. Sem o partido marxista-leninista-trotskista, dirigindo a luta das massas, o sistema político burguês não cairá, por mais podre que esteja e as eleições continuarão a ser um instrumento de dominação da classe capitalista.

Zenaide Maia – dep. federal (PR)	Irmã do atual dep. Joao Maia e candidato a vice com Henrique Alves. Esposa do prefeito de São Gonçalo
Betinho Rosado Segundo – dep. Federal (PP)	Filho de Betinho Rosado atual dep. federal
Antônio Jácome – dep. federal (PMN)	Elegeu seu filho Jacó Jácome a dep. estadual
Gustavo Carvalho – dep. estadual	Irmão de Vilma de Farias (oligarquia maia) ex governadora e vice prefeita da capital
Marcia Maia (PSB)	Filha de Vilma Maia (PSB)

O estado do Rio Grande do Norte retrata o capitalismo atrasado, a economia combinada e a conservação das velhas oligarquias que sempre comandaram o estado e oprimiram brutalmente os camponeses, os sertanejos, os operários e a juventude. Apoiam-se no profundo atraso político dos explorados. Mantêm-os presos às relações sociais oligárquicas. E bloqueiam o seu desenvolvimento econômico, político e cultural. Como se vê, as eleições baseadas nas relações familiares retratam as particularidades burguesas desse estado.

Da exitista frente de esquerda (2010) ao fracasso eleitoral do PSTU

O PSTU e PSOL, que em 2010 formaram a frente de esquerda em base a chantagem, ameaças e ultimatos, em 2014, não conseguiram permanecer juntos. O PSTU, apoiado no número de votos da vereadora Amanda Gurgel em 2010 (32.800), impôs condições para formalizar a chapa com o PSOL em 2014. As disputas se deram em torno de quem seria o candidato a governador e quem teria mais tempo na TV. Em entrevista, a candidata Simone Dutra explicou por que a Frente de Esquerda não saiu: “Todas as vezes que a Frente de Esquerda ocorreu no estado do RN demos uma batalha e quando ela ocorreu o PSOL ficou com a candidatura majoritária, seja para prefeito, seja para governador. Dessa vez, com o aumento de nossa participação, com o peso dos movimentos sociais, consideramos que o PSTU aumentou seu peso político com a eleição de Amanda Gurgel (vereadora em Natal), dirigimos várias lutas ano passado, estivemos à frente do “Fora Rosalba”. Achamos que o PSTU tem um peso político maior que o PSOL, hoje. Nós discutimos que queríamos sim a aliança, mas defendíamos que o PSTU estivesse à frente, mas não houve acordo”.

Os morenistas do PSTU utilizaram o resultado eleitoral de 2010 (vereadora Amanda Gurgel) e sua “influência” nos movimentos sociais procurando arrastar o PSOL. Não se basearam

na necessidade de conformar um frente que defendesse um programa dos explorados contra os partidos da burguesia e seus representantes oligárquicos. Negaram-se a convocar plenárias de base. Lembramos que a frente eleitoral que elegeu Amanda atendeu às conveniências eleitoreiras tanto do PSTU quanto do PSOL. No entanto, agora nas eleições para governador cada um se recolheu em suas conveniências. Ficou demonstrado que a bandeira de frente de esquerda do PSTU não passa de um instrumento de manobra aparelhista e eleitoreira. Aqui no Rio Grande do Norte a experiência com essa política oportunista tem chegado a resultados definitivos.

Os números finais entre PSOL e PSTU deixaram os morenistas abobalhados:

	RN	Natal
Robério Paulino (PSOL)	129.616 votos	70.744 votos
Simone Dutra (PSTU)	14.594 votos	6.994 votos

Pelo resultado eleitoral, percebe-se que o morenismo idealizou uma conjuntura política. Os votos da vereadora Amanda Gurgel em Natal (32.800) não foram transferidos para o PSTU para governo do estado. Em Natal, foco de atuação do PSTU, o número de votos (6.994) foi um fiasco. Esperava-se uma votação bem maior, considerando os 32 mil votos obtidos por Amanda. A tese dos dirigentes do PSTU de que a eleição de Amanda representava “um giro à esquerda, ao socialismo” não passava de uma fantasia. Por sua vez, a profunda adaptação do PSOL ao processo eleitoral e sua demagogia reformista, não foram surpresas.

Diante da crise instalada no estado com o governo do DEM, o PSTU, que dirige o sindicato estadual da saúde, a Conlutas e atua na educação, não foi capaz de expressar nas eleições um programa de combate ao capitalismo, de defesa da vida das

Bahia

Enfraquecimento da direita e oligarquização do PT

O processo eleitoral demonstrou, por um lado, o desgaste dos partidos burgueses tradicionais no estado, por outro, a transformação do PT em partido oligárquico. Os partidos tradicionais (DEM, PMDB, PSDB) saíram destas eleições mais uma vez derrotados. Seu candidato, Paulo Souto (DEM), amargou a terceira derrota consecutiva. Também perderam a disputa ao senado, com o seu candidato Geddel Vieira Lima (PMDB), ex-ministro de Lula.

O PT, por sua vez, conquistou seu terceiro mandato. O desgaste da direita vem sendo capitalizado eleitoralmente pelo PT. Esse processo foi acompanhado pela oligarquização do partido. O PT abriu as portas para todo tipo de bandidos, corruptos, coroneis, fazendeiros, famílias tradicionais, etc. Completou seu ciclo como um partido da ordem burguesa.

A disputa eleitoral mostrou que não há grandes diferenças entre o PT e os demais partidos burgueses. Inclusive, tanto o PT quanto o DEM estão metidos no mesmo caso de corrupção envolvendo uma ONG. O candidato do PT, Rui Costa, ex-chefe da casa civil do governo Jaques Wagner, ficou com 54,53% dos votos, Paulo Souto (DEM) com 37,39%. Rogerio Da Luz (PRTB)

massas e de independência de classe dos explorados. A sua bandeira “Fora Rosalba” foi a demonstração de que com sua política de “uma alternativa dos trabalhadores” alimenta ilusão de que é possível por meio das eleições constituir um governo que não seja da burguesia e expressão da oligarquia.

A campanha do PSTU utilizou-se dos mesmos métodos dos candidatos burgueses, como entrega de santinhos, abraços aos eleitores nas ruas e as graciosas visitas às casas. Teve como o eixo da campanha a rejeição ao machismo e racismo. Os candidatos eram anunciados no horário eleitoral por Amanda Gurgel, que foi a apresentadora que abriu todos os programas na TV. O chamado programa do PSTU não passou de fórmulas administrativas. Com o slogan: as mãos que trabalham são as mesmas que devem governar, denunciaram as “elites” e defenderam o governo dos trabalhadores. Os oportunistas já não falam classe burguesa, capitalistas, oligarquia reacionária, mas sim elites. Em nenhum momento, o PSTU denunciou a democracia como instrumento de dominação da burguesia, nem apontou a necessidade da destruição do capitalismo pela revolução e ditadura proletárias.

A intervenção do POR

O POR atuou nas eleições defendendo o voto nulo, com manifestos, cartazes e participando do Comitê Estadual do Voto Nulo (POR/MRS/Anarquistas e independentes). Nossa defesa do voto nulo contra os partidos da burguesia teve por base a defesa da construção do partido da revolução proletária. Os trotskistas deixaram claro a sua divergência com as demais correntes do comitê, que defendiam o voto nulo por princípio e não como tática. O comitê realizou debates e panfletagens. A campanha pelo voto nulo esteve no campo da luta pela independência de classe dos explorados.

– 0,43% e Lidice da Mata (PSB) – 0,78%.

A participação da esquerda

A frente de esquerda não vingou. Ficou claro que o objetivo da frente não é assegurar uma intervenção unitária da esquerda nas eleições, a partir de um programa revolucionário, mas sim um acordo entre aparelhos para barganhar mais votos. Os métodos burocráticos de construção da frente, os acordos de cúpula e o aparelhismo partidário inviabilizaram-na.

Marcos Mendes/PSOL, obteve 0,78% dos votos (50.891). A campanha do PSOL foi marcada pela defesa abstrata do socialismo pela via eleitoral-parlamentar, sem atacar a sociedade de classes (não fala em burguesia, mas sim em “elites”), sem defender a estratégia da revolução socialista. Para o PSOL, através de reformas graduais, da conquista de prefeituras, etc., seria possível se chegar ao socialismo. Na verdade, o PSOL pretende ser uma alternativa de esquerda para administrar o Estado burguês.

O PSTU lançou a candidatura de Renata Mallet, conseguiu apenas 0,26% dos votos (16.788). Sua campanha se caracteri-

zou por não fazer uma denúncia concreta do capitalismo, a defesa da revolução proletária e por não apresentar um programa de reivindicações correspondente às necessidades dos explorados. Todo o discurso de Mallet foi o de se apresentar como uma terceira via à volta do carlismo e ao continuísmo do PT. Assim, também se colocou no campo do gerenciamento do Estado.

O candidato a deputado estadual pelo PSTU, Zé Roberto, se notabilizou por defender concurso público para os terceirizados, em contraposição à imediata efetivação, que na prática significa demissão dos trabalhadores terceirizados. Já a candidata a deputada federal, Gabriela Mota, conseguiu deslocar os votos de uma parcela da pequena-burguesia, principalmente universitária, com o seu discurso abstrato de liberdade. Terminou com 7.263 votos, conseguindo ser a candidata da esquerda ao legislativo federal com maior expressão.

Tendência abstencionista

Na Bahia pode-se observar uma forte tendência à abstenção. No entanto, trata-se de uma recusa passiva. Para governador,

Segundo turno na Paraíba:

Nem Cássio, nem Ricardo Coutinho. Voto nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário

Mais uma vez as massas paraibanas foram arrastadas pelo eleitoralismo dos partidos da burguesia. Apesar das promessas, a solução dos problemas dos operários, camponeses e juventude pobre não passou pelo processo eleitoral. Além dos partidos políticos burgueses, reformistas e centristas, as direções dos movimentos estudantis, camponeses e sindicais contribuíram para reforçar as ilusões democráticas.

A soma das abstenções, votos nulos e em branco é de 799.885, em um universo de 2,8 milhões de eleitores. As abstenções alcançaram 500.260 votos, nulos somaram 192.482 e 107.143 votaram em branco.

Com 1,5% de votos a mais, Cássio Cunha Lima (PSDB) foi o mais votado. Venceu em 124 cidades, incluindo a região do Agreste e em muitos municípios do Sertão. Ricardo Coutinho (PSB) obteve 46,05%. Venceu no litoral e Cariri. Mesmo vencendo em menos municípios (99), predominou em grandes polos como Cajazeiras, Patos, Santa Luzia e teve expressiva votação na grande João Pessoa, atribuída ao apoio do prefeito da capital, Luciano Cartaxo, do PT.

Nota-se, pela coligação eleitoral, que os partidos se unem por razões fisiológicas e locais. Na coligação de Ricardo Coutinho/PSB participou tanto o PT, PCdoB quanto o DEM. Não existem fronteiras entre os partidos da burguesia. Disputam os poderes do estado não apenas devido a algumas diferenças de política econômica mas também pelas divisões oligárquicas e de interesses particulares, principalmente em se tratando de disputas nos estados marcados pelo poder da oligarquia agrária.

Os candidatos de esquerda tiveram escassa votação: Tarcio, do PSOL, 0,43 (8.849 votos) e Antônio Radical, do PSTU, 0,13% (2.570 votos).

A disputa interburguesa

Cássio Cunha Lima capitaneia uma linhagem oligárquica que tem peso no comando do PSDB paraibano. O então senador ocupou

a abstenção foi de cerca de 40%, sendo 10,17% de nulos, 6,35% de brancos e 23,19% de ausentes. Para senador, o número foi maior, 47%, sendo 14,15% de nulos, 9,38% de brancos, 23,19% ausentes. O grande número de votos nulos e brancos indicou a desconfiança de uma parcela nos trabalhadores aos partidos da burguesia e em suas mentiras.

Campanha do voto nulo

O Partido Operário Revolucionário realizou a campanha do voto nulo programático, pela construção do partido. Colocou claramente que nenhuma das candidaturas de esquerda servia de canal de expressão política dos explorados contra os partidos da burguesia e todas estavam adaptadas ao eleitoralismo. Em sua campanha, o POR expôs sua posição de voto nulo em manifesto, cartazes e em um debate. Para o POR, as eleições, como o parlamento, só podem ser usadas como tribuna para denunciar o capitalismo, a democracia e o Estado burguês e para defender as reivindicações da classe operária e demais explorados, sob a estratégia da revolução proletária.

o executivo estadual por duas vezes. Em 2007, teve seu mandato cassado por conta da corrupção. Até as vésperas do pleito, permanecia a possibilidade de inelegibilidade devido à lei da ficha limpa. Esta oligarquia está enraizada no aparelho estatal, ocupando cargos em diferentes instâncias municipais e estaduais.

Ricardo Coutinho, atual governador, foi eleito em 2010 com apoio de Cássio, rompendo em seguida. Construiu sua carreira no movimento sindical, quando ainda era filiado ao PT. Hoje tornou-se serviçal de outras famílias e da burguesia local, sobretudo do litoral paraibano. Em seu governo, fechou escolas, atacou os servidores públicos e ameaçou o corte de financiamento à Universidade Estadual da Paraíba. Costurou a aliança com o PT, a despeito da direção nacional do partido. O PT nacional desconheceu a decisão da convenção estadual e impôs a aliança com o PMDB. Diante da desobediência, o PMDB ingressou na justiça para desfazer a coligação do PT com o PSB. A indefinição prejudicou o lançamento da candidatura a governador de Veneziano, ex-prefeito de Campina Grande. Ao final, seu irmão, o senador Vital do Rego, foi o candidato a governador, alcançando pífios 5,2%. Ainda pelo PMDB, José Maranhão, por três vezes governador, foi eleito para o senado. A manobra dos irmãos petistas Luciano e Lucélio Cartaxo foi recompensada. Recusando a aliança com o PMDB, inicialmente lançaram um nome inexpressivo do PT local e, posteriormente, negociaram a composição na chapa de Coutinho. Chegaram a fazer santinhos com a imagem de Lucélio, Dilma e Coutinho.

Lucélio ficou em segundo lugar na disputa pelo senado. Com isso, se potenciou como força política em meio às oligarquias mais tradicionais.

O PP paraibano, conduzido pela oligarquia dos Ribeiro (família que mandou matar Margarida Maria Alves e João Pedro Teixeira, líderes camponeses), apesar de compor a base do governo e de Agnaldo Ribeiro ter ocupado o Ministério das cidades, acabou entrando na coligação de Cássio, anunciando que isto não afetaria a aliança

nacional com o PT.

O PCdoB é base do governo federal (PT), no estado está com o PSB e municipal de Campina Grande, com o PSDB. A partir do aparelhamento da UEPB, cujo reitorado está há tempos nas mãos do partido, tentou eleger, sem sucesso, a ex-reitora Marlene Alves para deputada estadual, tendo como cabos eleitorais os diretores do DCE da UEPB. Desde 2004, o PCdoB apoia as candidaturas de Ricardo Coutinho. A máquina partidária do PCdoB na Paraíba é típica de um partido burguês.

A Consulta Popular declarou apoio à aliança PSB/PT, justificando a necessidade de combater o “coronelismo eleitoral” de Cássio. Falseia a recente unidade entre o mesmo Cássio e Coutinho e se cala diante do apoio de outras oligarquias. Como exemplo, o coordenador de campanha de Coutinho é Efraim Morais, presidente do DEM. A direção do MST, movimento negro, de mulheres e LGBT utilizaram de limitadas reivindicações para embelezar a política de Coutinho e enfileirar os oprimidos por trás da disputa interburguesa.

Com a presença de Michel Temer e Dilma Rousseff, o PMDB declarou apoio a Coutinho, no segundo turno. Coutinho retribuiu o apoio do PT local com o apoio a Dilma no segundo turno, desconsiderando a orientação do PSB nacional de voto em Aécio.

Compra de votos

Foram vários os escândalos de compra de votos. Os mesmos políticos burgueses que implementam as políticas que mantêm a seca, miséria e analfabetismo, fazem destas mazelas um terreno propício para comprarem barato os votos dos eleitores.

Houve prisões inclusive de candidatos e parentes que rondavam bairros pobres pegando contas de luz atrasadas para pagar, distribuindo dinheiro, cestas básicas, material de construção e até mesmo fraldas.

Apesar dos alinhamentos nacionais dos partidos, no interior, o vale-tudo se acentua e a disputa pelo apoio dos prefeitos e lideranças regionais acentua o oportunismo, o peso da máquina estatal e das disputas entre as oligarquias.

As esquerdas

A frente de esquerda foi esboçada, sendo até mesmo lançada em uma entrevista coletiva em maio de 2014, porém, logo se espatifou diante da disputa por cabeça de chapa. O PSTU acusou o PSOL de ser “hegemonista”. O PCB, que sofreu intervenção de sua direção nacional, em 2009, após ter filiados nomeados para ocupar cargos no governo de José Maranhão, PMDB, ainda em 2012 teve lideranças locais que apoiaram a candidatura do PT para a prefeitura, sendo mais uma vez desautorizadas pela direção. Agora, alegando sua reorganização, o partido concentrou-se apenas na campanha para a presidência de Mauro Iasi e não teve posicionamento sobre os outros níveis. Nada disso modifica o fisiologismo do PCB na região.

O PSTU lançou a candidatura de Antônio Radical e reproduziu os 16 pontos da candidatura de Zé Maria, adaptados ao cenário paraibano. Em entrevista à Rede Globo, porém, mostrando-se menos radical e capaz de administrar o Estado burguês, disse que, se eleito, promoveria o desenvolvimento econômico da Paraíba, atraindo empresas e investimentos para o estado. Os empresários seriam bem vindos, sob a condição de respeitarem a Constituição. Obteve 0,13% dos votos. Neste caso, também se observa como um partido de esquerda como o PSTU é susceptível regionalmente ao descarado eleitoralismo.

Com o mote de “a Paraíba para os trabalhadores”, o PSTU apresentou uma plataforma ultra rebaixada. Diante do escândalo da super aposentadoria de Cássio, acumulada com a complacência de Coutinho, mas agora usada para queimar o adversário, o PSTU lançou uma nota pedindo ao Ministério Público Eleitoral (MPE) e ao Ministério Público Estadual (MPPB) para apurarem e punirem os responsáveis, em nome da lisura do processo democrático, mascarando o caráter de classe do judiciário, que é parte do Estado burguês. Em relação aos servidores públicos, as propostas pouco se diferenciam do “pacto social” petista. Promete, se eleito, uma “mesa permanente de negociação” onde exporia de forma “transparente” as contas do Estado e estabeleceria uma “convivência amena” com os sindicatos.

O PSOL, que tem representação em 12 municípios, apresentou a candidatura de Tércio Teixeira, assistente social, obtendo 8.849 votos. O partido comemorou dizendo ter alcançado a maior quantidade de votos na história do PSOL paraibano. O programa do partido, reformista, moralista e democratizante, defendia o “Governo Ecosocialista e Libertário”. Dizia que “na República, o Poder emana do povo” e que modernizará a estrutura do governo, pondo fim ao autoritarismo com uma “cultura do diálogo”, “transparência”, “respeito às leis” e “Políticas Públicas” para se chegar a um “Regime Democrático de Direitos”. Tamanha falsificação sobre a democracia e estado burguês levou o PSOL até mesmo a defender o aumento do efetivo policial, combinado com a tal da “desmilitarização da PM”. Uma ala do PSOL de Campina Grande, o Coletivo de Resistência Socialista - CRS, lançou um manifesto de apoio a candidatura de Antônio Radical (PSTU) para governador e para presidente liberaram o voto nas esquerdas. O PSOL é um saco de oportunistas. Cada um com seu crachá de socialista pendurado no pescoço diz qualquer coisa.

O PCR, que nas eleições de 2010 apoiou Dilma do PT e Ricardo Coutinho, do PSB, agora, com sua aproximação do PSOL e em meio a sua campanha pela legalização de sua legenda, apoiou a candidatura de Luciana Genro e para governador, Tércio Teixeira.

De conjunto, PSTU e PSOL se mostraram integrados à política eleitoral, manejada pela burguesia. Adaptam-se às circunstâncias regionais, das oligarquias e do atraso político dos explorados. O PSTU que se diz trotskista não cumpre seu dever elementar de combater as ilusões sobre a possibilidade dos oprimidos instaurarem um governo estadual que não seja expressão das frações da oligarquia local e da burguesia nacional.

Campanha do POR

O POR, ainda que limitadamente, devido ao seu desenvolvimento embrionário, propagandeou a bandeira da revolução proletária. Distribuiu o manifesto em defesa do voto nulo pela construção do partido revolucionário, combinando com cartazes e adesivos. Junto com o Comando de Mobilização Estudantil, realizou um debate. Compareceram militantes do PSTU, Levante Popular da Juventude e anarquistas, além de estudantes não organizados partidariamente. O POR deixou absolutamente claro que não intervinha na eleição com suas candidaturas porque estava impedido pela legislação autoritária. Afirmou que a conquista da independência política se faz com a defesa do programa cotidianamente na luta pelas reivindicações mais sentidas dos oprimidos, pelo método da ação direta e pela organização unitária dos movimentos contra a exploração capitalista.

Eleições no Ceará

Segundo turno, acirra a disputa interburguesa

O resultado eleitoral de 05 de outubro resultou em vitória apertada de Camilo Santana (PT), indicado pelo atual governador Cid Gomes, sobre o ex-aliado Eunício Oliveira (PMDB). O petista ficou com 47,8% e o peemedebista, 46,4%, ultrapassando o ex-ministro de Lula na reta final da campanha. Eliane Novais (PSB) obteve 3,3% e Ailton Lopes/PSOL, 2,4%. Os Ferreira Gomes festejaram o resultado eleitoral, já que Camilo chegou a 30 pontos percentuais atrás de Eunício, no início da campanha. Camilo e Eunício, até bem pouco, compartilhavam o mesmo governo, o de Cid Gomes. Eunício não tem qualquer divergência política com os Ferreira Gomes, apesar dos ataques e do bate-boca durante as eleições. O empresário Eunício Oliveira pleiteou, até onde pode, ser o candidato oficial de Cid e só rompeu com o governo após Cid Gomes indicar seu secretário das cidades, impondo-se perante o submisso aliado PT.

A política burguesa é um mar de lama. Os candidatos que hoje se atacam, amanhã se aliam e trocam fidelidade eterna. As frações do capital se digladiam em torno de interesses e aliam-se para esmagar as reivindicações dos explorados.

O significado da enorme abstenção, dos votos nulos e brancos

Segundo o TRE, o Ceará possui 6.268.909 eleitores. Apesar de toda a propaganda que incentivou o comparecimento às urnas, pelo menos 2.003.276 eleitores não puseram os pés nas seções eleitorais ou votaram nulo ou em branco, o que correspon-

de a 31,9% do eleitorado. Uma ampla parcela das massas está distante das eleições. A corrupção, a compra de votos, as campanhas milionárias, nada tem a ver com sua realidade diária de baixos salários e desemprego e subemprego. Sua situação piora ou é maquiada momentaneamente com o assistencialismo. Não conseguem, porém, encontrar o caminho da organização e da consciência de classe para se erguerem conscientemente contra o poder dos latifundiários e da burguesia de conjunto. A intervenção eleitoral da Frente de Esquerda (PSTU-PSOL-PCB), com a candidatura de Ailton Lopes, apenas prometeu governar melhor e se apoiar nos movimentos sociais. Nenhum ataque ao capitalismo. Nenhuma defesa da revolução proletária. Nenhuma denúncia da farsa eleitoral burguesa.

O POR, em construção e sem possibilidade de intervir com candidatos próprios, interveio nas eleições defendendo o voto nulo programático. Realizou panfletagens em escolas, portas de fábrica e universidades; colocou cartazes e promoveu um debate sobre a necessidade de romper o eleitoralismo burguês com a política independente do proletariado.

A juventude pobre e sem perspectivas, os camponeses que suportam a seca angustiante no interior, o proletariado pisoteado com baixos salários e a pequena burguesia esmagada pelas dívidas devem rejeitar as duas candidaturas burguesas de Eunício e Camilo. O POR os convida novamente a votar nulo em defesa da construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Paraná:

Vitória de Aécio e Richa (PSDB) - fortalecimento das oligarquias tradicionais

No Paraná, os candidatos a presidente tiveram o seguinte desempenho: Aécio 49,79%; Dilma 32,54% e Marina Silva 14,2%. Prevalecendo o voto no PSDB do governador Beto Richa, que foi apoiado pela maioria dos caciques do PMDB. Na coligação da candidata do PT aparecem o PDT/PC do B/PRB e o PTN. Mas, Gleise Hoffman/PT alcançou os míseros 14,87%.

A hegemonia do PSDB reflete uma ampla aliança das principais oligarquias paranaenses da capital e do interior. Não por acaso, dos 13 deputados do PMDB na Assembleia Legislativa, onze estavam com Richa. Na verdade, o que pareceu como anomalia foi Requião/PMDB ter conseguido impor a sua candidatura na convenção. Teve para isso o apoio do governo Dilma, interessado em dividir os votos do Richa, sabendo de antemão que a sua candidata estava morta. No Paraná, o PMDB que está na base aliada do governo Dilma combateu tanto a candidatura de Requião para governador e Dilma para presidente. Expressou assim o fenômeno dos partidos burgueses oligárquicos, cujas frações respondem aos poderes locais e não ao partido nacional.

Os candidatos de esquerda, PSTU, PCB e PCO, somados alcançaram 0,12%. Luciana Genro/PSOL, 1,3%. Não foi diferente a votação obtida para governador e deputados estaduais. Chafurdaram na demagogia eleitoreira, em nome da qual

deram as costas aos movimentos das massas, aos protestos da juventude durante a copa e às campanhas salariais. Mesmo assim não foram notados.

O Paraná é um Estado agrário, onde o domínio econômico e político é exercido por algumas famílias oligárquicas. Nas eleições deste ano, ressalta o peso desse "familiarismo" oligárquico. Elegeram-se Cida Borghetti (Pros), Ricardo Barros e Maria Victoria (PP), todos da mesma família. A mãe será vice-governadora, o pai deputado federal e filha deputada estadual. Mas a lista é longa:

Dentre os que continuam na Assembleia Legislativa estão:

Alexandre Khury (PMDB) – neto do ex-presidente da Alep, Aníbal Khury; André Bueno (PDT) – filho do ex-deputado e atual prefeito de Cascavel, Edgar Bueno; Anibelli Neto (PMDB) – filho do ex-deputado Antônio Martins Anibelli, e neto do também ex-parlamentar Antônio Anibelli; Artagão Júnior (PMDB) – filho do ex-deputado e atual presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Artagão de Mattos Leão; Bernardo Ribas Carli (PSDB) – filho do ex-prefeito de Guarapuava Luiz Fernando Ribas Carli, e irmão do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho; Evandro Júnior (PSDB) – sobrinho do atual deputado estadual Hermas Brandão Filho, e neto do ex-presidente da Alep Hermas Brandão; Pedro Lupion (DEM)

– filho do deputado federal Abelardo Lupion.

Já os herdeiros novatos são: Alexandre Guimarães (PSC) – filho do prefeito de Campo Largo, Affonso Guimarães; Cláudia Pereira (PSC) – esposa do ex-deputado estadual e atual prefeito e Foz do Iguaçu, Reni Pereira; Felipe Francischini (SD) – filho do deputado federal Fernando Francischini; Maria Victória (PP) – filha da deputada federal e vice-governadora eleita Cida Borghetti, e filha do deputado federal eleito Ricardo Barros; Paulo Litro (PSDB) – filho da deputada estadual Rose Litro, e do ex-deputado estadual Luiz Litro; Requião Filho (PMDB) – filho do senador e ex-governador do Paraná por três mandatos, Roberto Requião; Tiago Amaral (PSB) – filho do ex-deputado e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Durval Amaral.

Conclusão

Esse quadro mostra que as eleições e a democracia burguesas expressam a formação oligárquica do Brasil semicolonial.

Franco da Rocha/SP – Debate sobre as eleições

O POR realizou debate em Franco da Rocha, 20/09/2014, para expor sua posição de Voto Nulo contra os partidos burgueses e pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Entre os pontos discutidos, destacamos: 1) porque o POR se colocou pelo voto nulo; 2) a caracterização do PT e PSB, Dilma Rousseff e Marina Silva, como partidos burgueses; 3) a conduta das burocracias sindicais de arrastar as massas por detrás de uma dessas candidaturas; 4) o poder econômico é quem dita as eleições burguesas; 5) o eleitoralismo das candidaturas das correntes de esquerda, PSTU, PSOL, PCB; 7) o voto nulo como expressão da independência de classe dos explorados; 8) concluiu mostrando a importância de se construir o partido revolucionário, que tem como estratégia a revolução proletária.

Uma das questões levantadas foi sobre a decisão do POR de não apoiar as candidaturas de esquerda. Os militantes

Embora predomine a agricultura capitalista no estado, as famílias oligárquicas se mantêm no poder. Constituíram-se como fração da burguesia nacional, conservando determinadas particularidades, como a de impulsionar o agronegócio, combinando grandes empresas agrícolas com uma legião de pequenos agricultores. O conservadorismo político emana dessa base material. Em alguns centros urbanos, principalmente Curitiba, se concentra a classe operária fabril. Juntamente com o proletariado agrário, poderá erguer no estado o partido operário revolucionário, como parte de sua construção nacional.

As eleições mostram com exatidão a impossibilidade de se constituir um governo que não seja reflexo da condição oligárquica da burguesia brasileira. A ascensão de Lula ao poder deu a impressão momentânea que se abriria um novo capítulo na democracia burguesa no Brasil. No entanto, rapidinho o PT se jogou nos braços do PMDB. Lula para governar teve de administrar os interesses das oligarquias regionais, entre elas a da burguesia agrária paranaense.

expuseram que as correntes se recusaram a construir uma frente revolucionária para intervir nas eleições. Porque isso implicava a constituição de plenárias de base, discussão do programa e escolha das candidaturas. As direções dessas correntes decidiram tudo sobre as eleições, como ocorreu em São Paulo com a frente de esquerda entre PSOL e PSTU. A frente eleitoral não se apoiou na democracia operária e não objetivou independizar a classe operária dos partidos da burguesia. Tratou-se de uma frente circunstancial de coleta de votos. Nessas condições, o POR não poderia apoiar nenhuma dessas candidaturas. A intervenção do POR nas eleições objetivou a defesa da construção do partido revolucionário e a defesa da revolução proletária como a única via de pôr fim ao sistema capitalista e edificação da sociedade socialista.

Rondônia

Votar Nulo contra os partidos da burguesia

Em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário e da vida das massas

Entra governo e sai governo, a população pobre de Rondônia continua enfrentando problemas decorrentes dos empreendimentos capitalistas no estado, a exemplo da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. No estado de Rondônia, Aécio Neves suplantou a candidata do PT Dilma Rousseff. O candidato a governador pelo do PT, padre Ton, foi derrotado por Confúcio/PMDB e Expedito Júnior/PSDB, que disputarão o 2º turno. A disputa dos dois candidatos expressa o poder dos partidos oligárquicos.

Confúcio é governador do estado desde 2011, se elegeu na época com apoio da burocracia da CUT e CTB e da maioria dos movimentos sociais liderados pelo PT e PCdoB. Passou os quatro anos de seu governo favorecendo a oligarquia capitalista da região. As organizações sindicais e movimentos que o apoiaram nas eleições de 2011 serviram tão somente de escora para a política reacionária do PT e PCdoB. Os funcionários públicos arcaram nesses quatro anos de governo Confúcio com o arrocho salarial, arbitrariedades administrativas e perseguições políticas. De ou-

tro lado, Expedito Júnior é um político marcado pelo lamaçal de corrupção. Sofreu cassação, mesmo assim, goza de popularidade entre as massas submetidas ao obscurantismo e ao domínio oligárquico. O PT local, corrompido até a medula, pretendeu fazer da candidatura do padre Ton uma santidade, cuja pureza não é tão diferente dos demais candidatos da oligarquia. Foi derrotado sem pena, nem glória. Para o Congresso Nacional, o PT teve a mesma sorte do padre Ton.

As candidaturas dos partidos de esquerda não tiveram a mínima influência eleitoral. Recorreram à demagogia esquerdista. Não aproveitaram o pequeno espaço das eleições para mostrar aos explorados que só a revolução resolverá os problemas que atingem os ribeirinhos, índios, extrativistas, camponeses e demais oprimidos.

A surpresa em relação ao segundo turno diz respeito ao PSOL. A assessoria de Pimenta disse, até o fechamento dessa edição do Jornal Massas, que o partido ainda iria se reunir para decidir sobre o segundo turno. Isto é, não quis declarar imediatamente a

sua posição política. Mas a posição do candidato do PSOL reflete a orientação geral do partido, que, em nota divulgada no dia 8, pediu que seus eleitores não votassem em Aécio Neves, o candidato do “retrocesso”. A “dubiedade” dos reformistas do PSOL deixa claro sua filiação com o reformismo “clássico” do PT.

Os votos brancos totalizaram 4,08%, os nulos, 5,21% e a abstenção, 21,36%.

A grande maioria foi arrastada por detrás dos partidos da burguesia, mas os protestos com votos nulos, brancos e abstenções foram significativos.

A defesa do Voto Nulo pelo POR permitiu mostrar aos ex-

plorados a necessidade de se organizarem independentemente das forças burguesas. Permitiu mostrar que a expulsão de índios, camponeses e extrativistas de suas terras e da floresta bem como os inúmeros assassinatos, serão respondidos por meio da ação direta, das ocupações, dos comitês agrários e das ligas de autodefesa. As eleições são um ópio para os oprimidos. Em sua campanha, o POR propagandeou a estratégia da revolução proletária e do governo operário e camponês. Levantou as tarefas de constituir tribunais e assembleias populares para apurar os crimes contra os explorados e para punir os burgueses assassinos.

Rondônia

Debate sobre as eleições na UNIR de Rolim de Moura

O Centro Acadêmico (CA) do curso de Pedagogia realizou um debate sobre as eleições, no dia 22 de setembro. O Partido Operário Revolucionário (POR) foi convidado para apresentar sua posição. O convite indicava apenas duas posições: a do VOTO NULO e a do VOTO VÁLIDO. Compareceu uma terceira posição: a do boicote às eleições, representada pelos maoístas. Certamente, a noção de voto válido é confusa.

O trotskismo e o maoísmo confrontam posições

O debate iniciou com a intervenção do POR, que explicou por que decidiu pelo VOTO NULO. Em seguida, um professor do curso de História leu um texto de cunho poético recordando sua experiência de juventude e as primeiras eleições posteriores ao fim da ditadura militar, mostrando que a defesa do VOTO recai na escolha do candidato mais “sério”, mais “confiável” e outras adjetivações. O representante maoísta limitou-se a repetir a costumeira frase pronta: “as eleições são uma farsa da burguesia, façamos a revolução agrária”.

Uma das questões foi: Por que o Partido da Causa Operária é trotskista e participa incondicionalmente das eleições burguesas? O POR mostrou que o problema não estava em o PCO participar nas eleições, mas sim de se negar a defender o programa da revolução proletária. E que da mesma forma que existem organizações que se dizem marxistas, mas são revisionistas, também o PCO se reivindica trotskista, mas não foge à regra do revisionismo. Dentre os questionamentos dos detratores do

trotskismo, apareceu a pérola da pergunta: qual foi a revolução que Trotsky realizou? O maoísta meia tigela mostrou total ignorância sobre a revolução russa e seus dirigentes.

Os caluniadores de Trotsky reproduzem as infâmias do estalinismo. Desfeita a provocação e a confusão dos maoístas que defendem o boicote às eleições como princípio e não reconhecem a tática leninista, supondo que esta já não é mais aplicável nas atuais condições da luta de classes, o POR explicou sua tática de voto nulo, vinculada à defesa da construção do partido-programa do proletariado. Mostrou que somente os explorados dirigidos pelo partido revolucionário podem ir até às últimas consequências em defesa de suas reivindicações e avançar a luta de classes no sentido da tomada do poder pela revolução social.

Realizamos uma crítica ao ultra-esquerdismo, no caso concreto expresso na bandeira de boicote às eleições. Estávamos assombrados com tanta ignorância e impostura dos maoístas, quando um dos defensores do boicote às eleições afirmou de que o Brasil ainda é semi-feudal e que necessita de uma revolução burguesa. O anacronismo maoísta explica o ódio que ainda cultiva contra o trotskismo, mesmo depois da restauração capitalista na China, sob a condução do Partido Comunista Chinês estar diante de seus olhos.

Encerramos nossa intervenção conclamando os estudantes, os camponeses, os operários e a juventude a construir o Partido Operário Revolucionário. Conclamamos que votassem nulo contra os partidos da burguesia e pela estratégia da revolução e ditadura proletária.

Adquira com o distribuidor deste jornal

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário  2014 Partido Operário Revolucionário MASSAS	50 anos da ditadura militar 1964-2014 A revolução proletária acabará com a ditadura de classe da burguesia Construir o Partido Operário Revolucionário  Partido Operário Revolucionário MASSAS	Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente  2ª edição reformulada Kiev: a direita se apoia na classe média para submeter a Ucrânia aos EUA e Europa Partido Operário Revolucionário MASSAS	Crítica às posições das correntes de esquerda sobre a crise na Ucrânia Resposta aos ataques do PCO ao POR Nossas divergências com a LIT-OLPSTU Redação às formulações do estalinismo  Em defesa da bandeira "Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente" Partido Operário Revolucionário MASSAS
---	---	--	---

É necessário responder à crise da USP para defendê-la

O reitor Zago, desde sua posse, anunciou uma série de medidas de cortes de gastos, sob o pretexto da quebra financeira da USP. O congelamento salarial era uma delas. A greve de quase quatro meses dos funcionários, professores e estudantes impediu que ele atingisse esse objetivo. Um confisco salarial foi mantido, mas não o reajuste zero. Por outro lado, novas medidas de desmonte da universidade foram aprovadas durante a greve, como o PDV de funcionários, visando à demissão de quase 3 mil deles, e a desvinculação do HRAC. Anunciaram-se a desvinculação do H.U. e da permanência estudantil, que passaria ao controle do governo do estado.

O entusiasmo estimulado pelas direções dos três setores pelo fato da greve não ter permitido ao reitor o reajuste zero tem criado uma cortina de fumaça, que oculta a ausência de resposta à crise da USP, que permanece. Zago/Alckmin se mantém em ofensiva contra a universidade pública e gratuita, por meio de medidas privatistas, racistas e de precarização que correspondem aos interesses gerais dos capitalistas diante do agravamento da crise econômica, de cortes de gastos nos serviços sociais e arrocho salarial.

A luta salarial, por responder apenas a um aspecto do conjunto de medidas, não foi capaz de derrotá-las, sequer obter a recomposição plena dos salários. Outras reivindicações específicas, como a moradia e as cotas, se não se ligarem à luta geral contra o conjunto de ataques, também não conseguirão derrotar Zago/Alckmin. Uma ofensiva tão ampla como a planejada pelo reitor/governo depende de uma luta conjunta dos três setores, e que tome como método aquele usado nas manifestações de junho de 2013: a soberania das massas nas ruas, afetando a economia e ganhando o apoio da população assalariada.

A reitoria tem engatilhado uma série de medidas de desmonte da universidade, a serem aplicadas num futuro próximo. Entre elas, estão a aplicação das demissões de milhares de funcionários, a desvinculação dos hospitais e da permanência estudantil. O que pretendem é substituir os contratados por terceirizados, superexplorados e em benefício de empresas amigas dos dirigentes universitários. Cortar os gastos com hospitais, precarizando e terceirizando, e assim prejudicando o atendimento à população. Expulsar da universidade a minoria de estudantes empobrecidos que dependem da permanência para continuarem seus estudos. Manter a universidade branca, sem a presença sequer de um setor da classe média negra, que adentraria por meio das cotas. Aprofundar a privatização em geral, por meio das fundações, parcerias, ensino a distância, etc. Os estudantes da EACH sofrem diariamente com as consequências dos desmandos da casta burocrática corrupta e privatista.

Essas medidas, como outras já aplicadas, são violentas e impostas de forma autoritária. Para garantir sua implantação, usam-se os meios repressivos: sindicâncias, processos políticos, demissão e eliminações; e a presença rotineira da polícia e tropa de choque para reprimir protestos.

Os estudantes foram arrastados pela direção, com ajuda de setores da oposição, a limitarem sua posição ao apoio passivo à reivindicação salarial de docentes e funcionários. Não foram às ruas para combater o conjunto das medidas do reitor/governo, não se colocaram por responder à crise da USP de forma independente. Havia de se ter organizado a assembleia geral universitária, para apurar as contas da USP, elaborar um orçamento que atendesse as reivindicações, e tomasse para si o controle coletivo da universidade, por meio do governo tripartite, expressão da real autonomia e democracia universitárias.

Agora, com a volta às aulas, criou-se um clima de passividade,

tranquilidade. Diante da ameaça do maior ataque à universidade pública e gratuita da história, não há uma campanha de defesa das necessidades da maioria. Quem tem noção da gravidade dos ataques que a reitoria/governo anunciam, sente o incômodo de não ter um instrumento de combate coletivo a essas medidas. **A questão do poder, de quem decide os rumos da universidade, colocada pela greve estudantil de 2013, recoloca-se diante da suposta quebra da USP pela casta burocrática corrupta e privatista.**

A manutenção do comando de mobilização depois do fim da greve corresponde à necessidade de manter a discussão, denúncia e mobilização geral contra os ataques do reitor. As correntes que apregoam o clima de festividade pela migalha obtida na greve não podem aceitar a necessidade de continuidade da luta. A direção do DCE (PSol/PTU) defendeu abertamente na assembleia contra qualquer organização de mobilização após a greve “vitoriosa”. Perdeu. As correntes opositoras que pagagueiam a “grande vitória” foram ao comando defender sua dissolução. Perderam também. O comando de mobilização se mantém e mantém a defesa da necessidade de responder de conjunto aos ataques do reitor/governo.

Os estudantes, as correntes políticas e as organizações de estudantes (CAs, Amorcrusp) que têm a clareza da necessidade de organizar de conjunto a defesa contra a ofensiva de Zago/Alckmin devem fortalecer o comando de mobilização. Ajudar a convocar a assembleia geral estudantil para discutir, deliberar e organizar a mobilização, somente com a força coletiva seremos capazes de derrotar o maior ataque à universidade pública, ameaçada pela corrupção, privatismo, racismo e precarização. Contra tudo isso, temos de erguer a real autonomia e democracia universitárias, unir nossas forças com as da juventude e dos explorados, assim venceremos de verdade Zago, sua burocracia e o governo.

Conselho Universitário monta farsa para manter estrutura de poder; Contra o reitorado, lutemos pelo Governo Tripartite

A greve de 2014 tinha como tarefa retomar o fio da greve de 2013, que questionou o poder da burocracia e aprovou o Governo Tripartite, com mandato revogável e submetido à assembleia geral universitária. Isto porque o reajuste ZERO, contra o qual a greve se levantou, é parte das medidas de Zago/Alckmin sob o pretexto da crise da USP. A quebra financeira da universidade pela burocracia dirigente prova que está colocada a questão do poder, de quem decide os rumos da universidade. De um lado, a casta burocrática corrupta e privatista procura se perpetuar; de outro, os que estudam e trabalham têm de impor seu controle coletivo, a forma de se materializar a autonomia universitária frente ao governo e aos capitalistas de ensino.

Zago foi o mais votado pela camarilha de professores, atrelados às fundações privadas, e escolhido pelo governador, de uma lista com três nomes. O novo reitor é o resultado de um processo antidemocrático e autoritário e que assim tem de ser para sustentar um governo igualmente antidemocrático, autoritário e repressivo. A casta burocrática passou por cima do movimento estudantil que fez greve, ocupou a reitoria e foi às ruas reivindicando o fim do reitorado, pelo Governo Tripartite, ela elegeu seu sucessor para administrar seus negócios e sua política elitista, racista, privatista, corrupta e precarizadora.

Os ataques da reitoria mostram que seus interesses privados estão em choque com as necessidades do conjunto da universidade: salário, emprego, permanência, saúde. Seu poder de controle lhe confere con-

dições para decidir os rumos da universidade à revelia do conjunto dos que estudam e trabalham.

A iniciativa da reitoria em discutir a estrutura de poder no C.O. corresponde às suas necessidades de, por um lado, estabelecer um caminho para processar os choques pontuais entre as frações da burocracia dirigente ao redor das medidas de ataque à universidade; de outro, cooptar as direções dos três setores para submetê-los a uma discussão de reforma da estrutura de poder totalmente subordinada à manutenção do poder atual.

A existência da burocracia universitária é nefasta ao caráter público da universidade, não será por meio de mudanças pontuais no processo de escolha do reitor (diretas universais, paritárias, LDB) que se acabará com o controle da burguesia e seus governos sobre ela. Tampouco uma alteração no estatuto, sob o controle da burocracia, tornaria o regime mais democrático. O estatuto reflete as relações concretas de poder na universidade: se o regime for autoritário, o estatuto dará forma legal ao autoritarismo; se verdadeiramente democrático,

sob o controle da maioria, o estatuto expressará tão somente o controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham, ou seja, o Poder Estudantil. É sob esta perspectiva que os movimentos dentro da universidade poderão se vincular aos movimentos sociais e, em particular, à classe operária, o que permitirá, pela força da luta social, impor a autonomia universitária frente ao governo e aos capitalistas.

A implantação do Governo Tripartite, eleito com voto universal, com mandato revogável e submetido à assembleia geral universitária, é a concretização da Autonomia Universitária. Um governo de estudantes, funcionários e professores, que responderá unicamente ao movimento por meio da assembleia dos três setores. Que elaborará um orçamento que atenda às reivindicações dos três setores, a ser bancado pelo Estado e pondo fim a toda privatização. E, desta maneira, caberá ao **Governo Tripartite** cumprir com as deliberações do movimento, ou seja, atender as necessidades do conjunto dos que estudam e trabalham, e não aos interesses privados alheios à manutenção da universidade pública.

MNN e LER-QI contra o comando de mobilização

No dia 1º de outubro, estava prevista uma assembleia estudantil na USP, que foi transformada em comando devido ao pequeno número de estudantes presentes. A direção do DCE (PSol/PSTU) boicotou integralmente a assembleia, não enviando nem mesmo seus representantes. Nessa reunião, o MNN e a LER-QI defenderam a dissolução do comando de mobilização, dando continuidade à proposta que já tinha sido defendida e derrotada antes, na assembleia que encerrou a greve, pela direção do DCE. Naquele momento, o POR, os independentes, anarquistas e a LER-QI defenderam a manutenção do comando. O MNN se absteve.

Desta vez, o MNN usou o alibi que o esvaziamento do comando levaria à sua burocratização, se transformando em um organismo paralelo à entidade do DCE e que a alternativa para continuar a mobilização seria impulsioná-la exclusivamente nos cursos. A LER-QI se somou à manobra do MNN de mobilização nos cursos, questionando a legitimidade do comando. Sob defesa do POR, dos independentes e dos anarquistas o comando se manteve. Imediatamente, o MNN e a LER-QI se retiraram, deixando apenas um representante, exatamente como fizeram o PSol/PSTU durante a greve.

O atual comando de mobilização é expressão dos que resistem e insistem na sua organização, por compreender a necessidade de manter o movimento para combater os ataques da reitoria. Nada tem a ver com tornar-se um organismo paralelo ao DCE, tanto é assim que se aprovou intervir no CCA (conselho dos centros acadêmicos) e nas reuniões ordinárias do DCE a fim de convocar as direções a comparecerem na assembleia e comando gerais. Mesmo que fosse paralelo, teria de verificar se expressa ou não a luta dos estudantes em contraposição aos obstáculos colocados pela direção burocrática do DCE. É infundado o argumento da burocratização do comando por um critério numérico, a exemplo da maior parte das assembleias e comando gerais dos estudantes durante a greve que, embora numericamente pequenas, tiveram um bom resultado devido à condução de uma mesa democrática. A burocratização é parte da política pequeno burguesa das correntes aplicada ao movimento. A falsificação da realidade, como fazem o MNN e a LER-QI, é um dos elementos da política de burocratização.

O que significa a defesa de dissolução do comando?

A manutenção do comando é a afirmação de que o movimento precisa continuar, uma vez que a ofensiva da reitoria se mantém e a

crise financeira da universidade, usada como pretexto pela reitoria para impor uma série de ataques, dentre eles o Zero de reajuste que levou à greve, não foi respondida. Está em contradição, portanto, com o discurso da “grande vitória”.

Diferentes setores do movimento empunharam a bandeira da vitória, mas é preciso distinguir a diferença de conteúdo das defesas. Os reformistas e centristas à frente da direção do DCE o fizeram por puro oportunismo, buscando se beneficiar da migalha recebida pelos funcionários e docentes, se apresentando como membro ativo da greve, e por isso, um dos benfeitores da vitória quando, na verdade, sua política foi de boicote (ora implícito, ora explícito), até mesmo quando o movimento foi duramente reprimido pela PM.

A LER-QI e o MNN têm inserção junto ao SINTUSP. Para estes, também oportunistas, o discurso de vitória é o véu de seda para encobrir seus interesses aparelhistas no sindicato. Não é à toa que arreganharam os dentes, como cães que protegem seu território, a menor menção de que os ataques da reitoria continuam.

Não medem esforços para falsificar a realidade a fim de sustentar a sua política aparelhista. Afirmam que a reitoria está recuada, e que a greve derrotou o Conselho Universitário, que a burocracia está dividida e por isso fragilizada. No entanto, a ofensiva da reitoria é um fato incontestável. O recuo pontual quanto à imposição do Zero de reajuste não eliminou os demais ataques: a demissão de 2700 funcionários pelo PDV, a demissão de terceirizados, a desvinculação do HRAC e o corte de bolsas permanecem, a desvinculação do HU e da permanência estudantil e a redução de jornada com redução de salário muito em breve estarão em pauta para serem aplicados.

A atitude da LER-QI e do MNN é irresponsável, desarma o movimento ao invés de reorganizá-lo para continuar o enfrentamento à reitoria. Dão às costas aos demitidos, aos que não poderão concluir os estudos por terem suas bolsas cortadas, pintam a reitoria de carneirinha recuada quando é um braço do Estado policial que não mediu e não medirá energia para jogar os agentes repressivos sobre o movimento de maneira a garantir a privatização da universidade. Para os oportunistas, a organização do movimento está em oposição aos seus interesses particulares de controle do aparelho do sindicato, posição galgada sob as ilusões dos funcionários que caíram no conto do vigário e também cantam vitória. A defesa de dissolução do comando de mobilização estudantil é a materialização dessa política criminoso.

Diretoria majoritária do SINPEEM quebra a soberania e democracia do congresso e submete o sindicato à luta parlamentar

No dia 2 de outubro, ocorreu a Reunião de Representantes de Escola (RE) do SINPEEM. Tratou-se de uma reunião onde primou a política da direção majoritária (corrente Compromisso e Luta) para que o próximo Congresso apoie e aprove emendas ao projeto substitutivo do Plano Municipal de Educação (PME) de autoria do PSOL em contraposição ao projeto do governo Haddad/PT. Lembremos que em Congresso anterior a categoria rejeitou o PME. Antes desse debate, no RE foi colocada a grave situação do fechamento das salas de EJA. A discussão compareceu nas mãos da direção majoritária como manobra distracionista, já que apenas evidenciou os problemas existentes, mas não se propôs a aprovar nada de concreto para barrar essa política governista.

Seis dias após a reunião de RE, reuniu-se o Conselho de Representantes (CRUE). Mais uma vez, reproduziram-se os debates feitos no RE. Desta vez, a corrente Compromisso e Luta se viu obrigada a responder diretamente ao boletim da Corrente Proletária, justificando a necessidade da intervenção do sindicato nas discussões do PME. A corrente O Trabalho também se pronunciou na defesa do debate do PME. O que não é estranho, uma vez que se trata de uma corrente interna do PT, que defende o projeto de Haddad/PT, por identificar “avanços”, como a garantia da aplicação da Jornada do Piso Nacional, e assinalar para a necessidade de avançar propondo novas emendas.

Sobretudo, chamou a atenção, o fato da maioria das correntes da Oposição não se colocar a favor ou contra o debate do PME no Congresso. Com exceção da Corrente Proletária na Educação-POR, que tanto no RE quanto no CRUE colocou-se contrária a esta discussão no interior do sindicato por se tratar de uma quebra da soberania e democracias sindicais. Não esqueçamos: o congresso já rejeitou o PME, não cabe nenhuma manobra para remendá-lo. O congresso

deve, sim, aprovar um plano de lutas para combater o PME de Haddad e suas medidas de privatização e também aprovar as reivindicações que unificam os trabalhadores da educação. Mas a burocracia insistiu em sua manobra de usar o congresso para discutir as emendas do PSOL.

A Oposição de conjunto não pôde se manifestar sobre essa manobra da burocracia. O PSTU, o PSOL e outras correntes, que compõe a Unidade da Oposição, foram omissos, não defenderem a soberania do congresso. O congresso de outubro, dificilmente, modificará o rumo já tomado pela burocracia. Trata-se de um congresso distracionista. Os delegados não foram eleitos sobre a base de posições políticas, o que facilita as manobras da burocracia sindical. A maioria dos delegados comparece de forma despolitizada à espera das exposições dos acadêmicos. Essa despolitização impede que a classe rejeite as manobras parlamentares da burocracia e do reformismo.

Como se vê, a direção majoritária e o reformismo afundaram-se no sindicalismo galgado na pressão parlamentar e oposto ao método da ação direta. Assim, o SINPEEM comparecerá, no debate do PME, submetido às manobras dos partidos burgueses e pequeno-burgueses, que se colocam como correias de transmissão das negociatas feitas na Câmara de vereadores.

A Corrente Proletária na Educação-POR denuncia as correntes que vêm alimentando ilusões em torno do PME, pois agem como subservidores da política governista. Coloca-se em defesa da independência e democracia sindicais perante as manobras, que visam a colocar o sindicato nas negociatas parlamentares. Não é pela via das emendas ou reformas parlamentares que será barrada a política dos governos de ataque à escola pública e aos assalariados. Mas, sim, pela luta coletiva dos trabalhadores da educação e demais explorados.

Burocracia do SINTERO dá às costas aos trabalhadores e organiza as eleições sindicais a toque de caixa

No dia 19 de setembro, o SINTERO realizou uma pequena assembleia para estabelecer a Comissão para as eleições do sindicato, que dever ocorrer já em novembro

Depois de quase um ano sem organização da categoria, com assembleias feitas apenas para informar das reuniões com os governos e depois de adiar o congresso para janeiro, a burocracia do SINTERO resolveu “correr” com as eleições sindicais. Não há luta, nem debate dos problemas da categoria, mas os diretores do sindicato estão com pressa para se manterem em seus cargos. Em uma semana, há o chamado da assembleia no site e na outra, já há um cartaz com regulamento do processo eleitoral. Enquanto isso, os trabalhadores de educação estadual e municipal amargam com peso da superexploração do trabalho dentro das escolas.

Na rede municipal de Porto Velho, o problema da falta de trabalhadores em todos os setores das escolas cresce e serve de justificativa para a prefeitura manter as horas extras, as quais servem unicamente para sobrecarregar os trabalhadores, pois, mesmo em mais horas, os servidores não conseguem dar conta do serviço. Sabemos, por exemplo, que há escolas com mais de

dez salas e demais dependências com apenas 2 funcionários de limpeza por período.

Além da falta de profissionais nas escolas, os professores ainda sofrem com a inclusão autoritária de crianças com necessidades especiais, adoecendo com o excesso de trabalho. A rede municipal estabelece que a cada 1 aluno com necessidades especiais, haveria 5 alunos a menos. Mas as salas já são lotadas, algumas com até 30 alunos nas primeiras séries, portanto, menos 5 alunos não resolvem a situação, ainda que nem isso a maioria das escolas cumpra.

Há, como se vê, problemas para serem discutidos. Quanto a eles, a burocracia faz silêncio. As eleições ocorreram com os mesmos critérios burocráticos (chapas enormes, com “nomes” em todo o Estado), beneficiando apenas os governistas do PT e do PCdoB. Podem aparecer em chapas diferentes, mas têm a mesma política.

É preciso organizar as mobilizações desde as escolas para pressionar a burocracia a organizar as assembleias e a partir delas tirar o calendário de luta. Sem assembleias de base, a burocracia continuará de costas para os trabalhadores de educação.

Nesta edição:

- Bolívia: A quem representa o MAS?
- A Teoria de Trotsky

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

A quem representa o MAS?

A prosperidade que impera no país, consequência dos altos preços dos minérios e hidrocarbonetos no mercado mundial, favoreceu a classe dominante, aos bolsos da grande maioria empobrecida do país a prosperidade não chegou. Os setores da economia favorecidos são: a agroindústria oriental; as grandes mineradoras privadas que estão sob o controle das multinacionais e das medianas; as multinacionais petrolíferas, que controlam a exploração e exportação do gás; as cooperativas mineradoras; o comércio informal diretamente ligado à importação de bens, em grande medida, de contrabando; os bancos privados e estatais. Esta circunstancial bonança tem uma área de irradiação sobre outros setores, como algumas atividades comerciais e industriais, uma vez que a circulação gera alguma ampliação do mercado interno. É nesses setores que o governo encontra agora sua base social para sua campanha eleitoral. Os beneficiados destas camadas da classe dominante e da classe média alta estão satisfeitos com o regime masista (MAS) que lhes permite continuar acumulando ganhos às custas da miséria da maioria da população. O MAS demonstrou à classe dominante e ao imperialismo que não é inimigo da grande propriedade privada burguesa, pelo contrário – como não se cansa de repetir diante dos empresários privados e das multinacionais -, a considera a base do desenvolvimento econômico do país. Assim, sob o eufemismo de “sócios e não donos” do Estado, desenvolve uma política abertamente burguesa. Está claro, para qualquer um que tenha um mínimo de critério objetivo, que o governo do MAS de popular, indígena, camponês, revolucionário e socialista não tem nada. O MAS é defensor incondicional dos interesses dos exploradores, dos grandes proprietários dos meios de produção (empresários privados, banqueiros, latifundiários, grandes comerciantes, etc.) e das multinacionais que controlam a exploração do gás e petróleo e dos minerais do país. O MAS é a nova direita diante da derrocada da velha direita tradicional. É o melhor representante da classe dominante nativa e do imperialismo.

De frente ao MAS, está a maioria oprimida com suas necessidades permanentemente insatisfeitas, escutando os discursos demagógicos dos governantes que se chocam com sua miserável existência.

Amplios setores da população chegam a estas eleições escaldados pelas imposturas masistas; enfrentaram e enfrentam o governo nas ruas mobilizados reivindicando atenção às suas necessidades mais vitais e urgentes. As ilusões no MAS se desvaneceram.

Entretanto, durante os períodos eleitorais, o proletariado e os oprimidos em geral são submetidos à poderosa pressão da classe

dominante que emprega enormes recursos econômicos e todo seu aparato propagandístico. *Amplios setores do povo oprimido são induzidos a seguir pelas rotas traçadas pela burguesia, o que não implica necessariamente que tenham ilusão na farsa eleitoral. Passadas as eleições, estarão novamente nas ruas combatendo o eleito nas urnas pelo “povo soberano”.*

O processo de diferenciação das massas exploradas em relação ao MAS não busca potenciar as velhas correntes da direita tradicional, repudiadas pela população; sabem que nenhuma das opções eleitorais é a solução aos seus problemas, que as eleições não resolvem nada e que a superação do atraso e da miséria não sairá das urnas, mas sim da luta e da ação direta.

Os que acreditam que nas eleições têm de votar necessariamente em alguém, uns pelo “mal menor”, considerando que esse é o MAS, se equivocam; *o próximo governo do MAS será francamente direitista, lacaio dos interesses dos exploradores e opressores, acentuará sua política antioperária e antipopular e recorrerá à repressão judicial ou policial para reprimir as mobilizações dos explorados; perseguirá duramente as correntes políticas e sindicais revolucionárias.* Aqueles que optam pelo “voto castigo”, pretendem castigar Evo, votando em algum dos cretinos da oposição, a fim de evitar que o MAS novamente controle os dois terços do Parlamento, estes também se equivocam. O mais provável é que o MAS force com a fraude o controle do Parlamento (tem em suas mãos todos os mecanismos para fazê-lo), mas, ainda que não consiga, entre o MAS e os partidos da oposição não existem diferenças de fundo, governarão juntos para continuar favorecendo os interesses da classe dominante contra os do povo trabalhador.

Os marxistas têm a tarefa de se opor ao cretinismo eleitoral com uma férrea revolucionária, especialmente no seio da classe operária a fim de reafirmar sua condição de classe revolucionária com a missão histórica de dirigir o conjunto da nação oprimida à revolução.

Os explorados devem rechaçar o circo eleitoral; *junto com o POR, devemos votar NULO e impulsionar a luta independente pela via da ação direta* para impor nas ruas nossas reivindicações, para definitivamente, conquistar o poder pela via insurrecional e construir um verdadeiro governo de operários e camponeses, que acabe com a propriedade privada burguesa e imponha a propriedade social dos meios de produção, expulsando e expropriando as terras e as indústrias, para que passem às mãos dos bolivianos.

(Extraído do *Jornal Massas*, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, nº 2.375)

O texto de Guillermo Lora que publicamos nesse número do Jornal Massas faz parte de um folheto denominado “O assassinato de León Trotsky – esboço biográfico. Esse escrito consta de uma introdução que é o esboço biográfico. A segunda parte leva o título “Um bolchevique exemplar”. A terceira, “A Teoria de Trotsky”. A quarta, “Trotsky e a queda do estalinismo na ex-União Soviética e nos países do Leste Europeu”.

A parte aqui traduzida compõe a campanha do Partido Operário Revolucionário em defesa da Revolução Russa, que neste mês completa 97 anos.

Guillermo Lora construiu o POR boliviano seguindo a concepção marxista-leninista-trotskista de que a revolução depende do proletariado se erguer contra a burguesia empunhando seu programa de transformação. A teoria revolucionária é imprescindível. A assimilação das conquistas do marxismo – dos criadores e impulsionadores do socialismo científico – no processo de construção do partido permite a elaboração do programa e a formação de quadros de militantes profissionais, que como tal expressam a unidade entre a prática e a teoria.

Nos escritos de Guillermo Lora nos deparamos com o empenho de expor na situação da luta de classes na Bolívia e internacional o percurso da doutrina marxista-leninista-trotskista. A síntese sobre a “Teoria de Trotsky” é uma das provas.

A Teoria de Trotsky

Guillermo Lora

Na Rússia, colocou-se o problema da revolução que, de maneira inevitável, devia realizar as tarefas burguesas não cumpridas. Era um país atrasado e as tendências radicais do marxismo caracterizaram a revolução como democrático-burguesa por suas tarefas, mas não pela classe social que a realizaria.

Trotsky enriqueceu a doutrina marxista ao dar resposta a esta questão. Sobre a revolução que devia realizar-se na Rússia, define sua própria resposta, conhecida por “Teoria da Revolução permanente”.

Ao caracterizar a atrasada Rússia, formula a concepção da economia combinada.

A tardia incorporação do país atrasado, com suas particularidades, na economia capitalista mundial condiciona a transformação de sua economia e de todos os demais aspectos. O país atrasado está submetido às leis gerais dessa unidade superior, que é a economia mundial, e as refrata em sua realidade econômico-social. O resultado deste processo são as particularidades nacionais.

O capitalismo vem de fora, impulsionado pelos interesses foraneos e se constitui como exploração econômica – prontamente se transformará em opressão política –, transforma certos setores da economia e mantém no pré-capitalismo o restante. Isto é a economia combinada: justaposição de diferentes modos de produção, com o predomínio da forma capitalista.

A economia combinada imprime sua marca nos fenômenos superestruturais e, sobretudo, no processo revolucionário. O proletariado de um país atrasado tem de resolver, além de suas tarefas próprias ou socialistas, as tarefas que deixou de ser cumpridas pela burguesia e que, de uma maneira geral, são as democráticas, destinadas historicamente a eliminar o pré-capitalismo.

A revolução permanente, de maneira resumida, pode se expor assim: o proletariado – a classe revolucionária de nossa época também nos países atrasados, em que é minoritário – ao chegar ao poder, o que fará impulsionado pela luta das massas camponesas e da classe média, realizará plenamente as tarefas democráticas, não cumpridas e as transformará em socialistas, uma vez que o objetivo da ditadura do proletariado é o de alcançar a sociedade sem classes. Sob o governo operário,

o processo de transformação evoluirá procurando a destruição de toda forma de opressão de classe. Isto é a revolução permanente e não se confunde com qualquer outra explicação.

A chave desse processo está na Ditadura do Proletariado. Não poderá se realizar sob um governo burguês, quaisquer que sejam as variantes, como democrático, popular, do povo, ainda que se lhe acrescente o adjetivo revolucionário ou anti-imperialista.

A tática que pode levar ao poder em um país capitalista atrasado é, precisamente, a da frente anti-imperialista, que é a unidade das classes sociais oprimidas e exploradas sob a direção política do proletariado. A burguesia nacional, que no melhor dos casos coloca a transformação democrático-burguesa, defende a unidade nacional, mas sob sua própria direção.

Internamente, a Revolução Permanente supõe que uma etapa do processo se apoia e nega a anterior, isso de uma maneira contraditória, não seguindo uma linha reta, mas conhecendo avanços e retrocessos.

A revolução obrigatoriamente começará dentro das fronteiras nacionais e será o produto de toda a história e da economia do país, mas para desembocar no socialismo e na sociedade sem classes, deve, necessariamente – se não quiser conhecer a degeneração e a derrota diante da ofensiva imperialista –, se projetar no cenário internacional, apoiar-se no proletariado de outros países e utilizar a alavanca da economia mundial para resolver os problemas que gera a revolução. O que pressupõe a existência do partido mundial da revolução socialista, expressão política do internacionalismo proletário e, de certo modo, da própria economia mundial.

Se o socialismo e a sociedade sem classes supõem a superação das fronteiras nacionais, o processo revolucionário nesta época só pode ser dirigido vitoriosamente pelo partido mundial. Estamos falando da Quarta Internacional, herdeira e continuadora da linha política revolucionária da Primeira, Segunda e Terceira Internacionais (estas últimas consideradas em sua primeira época).

Trotsky, quando elaborou a Revolução Permanente retoma o fio teórico formulado por Marx e por Engels na Circular enviada à Liga Comunista em 1850. O termo foi tomado deste

documento. As contribuições teóricas de Trotsky e sua exemplar militância revolucionária opacam com muita vantagem seus equívocos e até suas limitações. Foi na luta política que se encaminhou a aperfeiçoar suas iniciais formulações no plano doutrinário.

No combate, formulou a possibilidade de que a Ditadura do Proletariado poderia ocorrer na atrasada Rússia antes que nos países capitalistas altamente desenvolvidos. Não esqueçamos que o marxismo foi elaborado em grande medida na biblioteca de Londres, tendo como referência fundamental o capitalismo britânico. Mas, tanto Marx como Engels, se viram obrigados a concretizar sua doutrina na luta de um país atrasado como a Alemanha, que não havia conseguido sua unidade nacional e não conhecia a república. Por outro lado, a rebelião nos países atrasados e semicoloniais começou a se desencadear.

A resposta dos clássicos do marxismo a essa realidade constitui uma série de indícios acerca da revolução nos países atrasados. O mérito de Trotsky está, precisamente, em ter aprofundado tais avanços, aplicando o método marxista à nova realidade.

Quando foi lançada a teoria da Revolução Permanente, Trotsky foi acusado, sobretudo pelo estalinismo reacionário, de pretender saltar por cima das tarefas democráticas e de ignorar o campesinato. Tais acusações foram e são gratuitas. A revolução permanente assinala, nas condições do capitalismo mundial, a maneira como serão realizadas as tarefas democráticas, aspecto em que está inserida a transformação radical do campo e a libertação dos camponeses, questão fundamental do atraso do país.

Na obra “1905”, analisa a natureza e o papel dos soviets (conselhos de operários e camponeses) e também a dualidade de poderes, como um dos caminhos que conduz à conquista do poder. Nesse aspecto a identidade de opinião com Lênin era total.

Enquanto que V.I. Lênin permaneceu na formulação da Ditadura Democrática Revolucionária de operários e camponeses (supunha considerar que o campesinato podia desenvolver uma política independente de classe), Trotsky ousadamente lançou a consigna da Ditadura do Proletariado para a Rússia czarista. Em 1917, Lênin dará razão a Trotsky. O teórico da revolução permanente, partindo da mesma concepção estratégica da revolução, se juntará ao Partido Bolchevique.

As análises de Trotsky sobre o problema da revolução alemã podem ser consideradas como o ponto culminante de seu pensamento. Superou em muito os erros e a confusão dominantes na Internacional Comunista estalinizada. Lutou com firmeza buscando impor a tática da frente única, incluindo a Social-Democracia, como o único caminho para impedir a vitória de Hitler.

Nesse período, o estalinismo usava sua posição do social-fascismo (identidade da socialdemocracia com o hitlerianismo)

e pouco depois recorrerá a uma flagrante deformação da tática da frente anti-imperialista que foi lançada no Quarto Congresso da Internacional Comunista, o último Congresso que se pode considerar como marxista-leninista. Estamos nos referindo às Ligas Antiimperialistas, que na prática se traduziram no esforço por submeter a classe operária à política burguesa. Trotsky não teve tempo nem oportunidade para reivindicar de maneira plena a tática da frente anti-imperialista no sentido de ser a expressão da unidade das classes majoritárias da nação oprimida sob a direção política do proletariado.

Durante sua estadia no México (sob a presidência de Cárdenas) dedicou muita atenção aos problemas latino-americanos e teve o mérito de lançar a consigna da estruturação dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, como a única forma de rechaçar a opressão imperialista e de assegurar a vitória da revolução. Este é um exemplo das profundas modificações que sofrem as reivindicações democráticas não cumpridas. A consigna de Trotsky de alguma maneira retoma o pensamento bolivariano da unidade continental – ou de sua confederação – para escapar da política colonizadora e reacionária da Santa Aliança europeia, da Inglaterra e mesmo dos Estados Unidos.



Durante a segunda Revolução chinesa, Trotsky denunciou a política contrarrevolucionária do estalinismo nos países atrasados, coloniais e semicoloniais e evidenciou o verdadeiro papel das burguesias nacionais (na China se tratava do clássico exemplo da burguesia intermediária ou comercial). A crítica ao Projeto de Programa da Terceira Internacional, redigido por Bukarin, inclui todas essas observações.

É desde então que as contradições entre as posições trotskistas e estalinistas aparecem com

toda nitidez.

Para o revisionismo estalinista nos países atrasados – apesar da decadência mundial do capitalismo –, ainda se vivia e se vive a época da revolução democrático-burguesa, isto é, da possibilidade do desenvolvimento pleno e livre do capitalismo. Esta colocação levava e leva a cooperar politicamente com as burguesias consideradas progressistas. Trotsky assinalou ironicamente que o estalinismo se esforçava por encontrar camadas progressistas das burguesias nacionais e onde não as encontrava se empenhava em inventá-las.

Contrariamente, para Trotsky, agora que vivemos em plena desintegração do imperialismo já não há lugar para a revolução democrática. Temos assinalado que segundo a revolução permanente as tarefas democráticas se incorporarão ao programa da revolução proletária, protagonizada pela nação oprimida pelo imperialismo. Dessa maneira, a classe operária – constituída em direção política das classes majoritárias que conformam a nação oprimida – permanece na trincheira da luta de classes e não abandona seu objetivo estratégico porque luta pelo poder para cumprir as tarefas democráticas.

A posição estalinista conduz diretamente ao colaboracio-

nismo classista e a subordinação do proletariado à política burguesa - o que significou a frente popular. Daí somente estava a um passo para proclamar a unidade nacional que tornasse possível a transformação democrática dos países atrasados.

Na história do pensamento socialista, Trotsky e a Quarta Internacional aparecem como defensores ortodoxos da revolução proletária. Seus adversários deformaram esta realidade indicando que propunham uma revolução puramente proletária e socialista, feita por uma classe minoritária. O que assinalamos mais acima demonstra a falsidade dessas colocações.

Trotsky e o trotskismo permaneceram fieis à luta de classes, assinalando que a contradição fundamental da estrutura econômica da sociedade conduz à revolução social, isto é, a tomada do poder pela via insurrecional, desfazendo-se do parlamentarismo e da colaboração classista no governo.

A posição anterior apareceu inconfundivelmente quando o estalinismo lançou sua teoria dos numerosos caminhos para o poder. Foi então que reforçou seu colaboracionismo classista e seu empenho em cooperar com setores burgueses no governo. Em nosso país, o velho Partido de Esquerda Revolucionária - o estalinismo da época - fez parte do governo de unidade nacional juntamente com os porta-vozes da oligarquia mineira. Mais tarde, o plano do PIR que adotou o rótulo de PCB fez parte do governo da UDP. Até agora, os estalinistas apresentam essa experiência como um modelo ideal da política dos compromissos e das frentes.

O estalinismo concluiu negando a política revolucionária ao colocar primeiro a coexistência pacífica com o imperialismo e depois a cooperação com ele.

Todos esses aspectos que assinalamos constituem expressões da política contrarrevolucionária do estalinismo, que nunca deixou de ser o canal de expressão dos interesses da burguesia internacional contra a política revolucionária.

Trotsky, da mesma forma que Lênin, permaneceu leal ao internacionalismo proletário e à concepção de que a vitória da revolução e do socialismo somente pode se dar em escala mundial.

O revisionismo estalinista retificou as tradicionais posições do marxismo e das defendidas pelo próprio Stálin acerca do caráter internacional da revolução proletária, como um reflexo da economia mundial que atua por cima das fronteiras nacionais.

O estalinismo não hesitou em retificar radicalmente Engels, quando em seus "Princípios do Comunismo" se refere a que a nova sociedade será o resultado da revolução que consiga se impor em escala internacional.

O socialismo em um só país conclui negando a necessidade da revolução - e de trabalhar por ela - nas outras regiões do planeta. A urgência de resolver os problemas econômicos que gera a própria revolução se desloca do campo da política

proletária para o da diplomacia destinada a neutralizar ou ganhar a amizade dos governos burgueses. Há que advertir que aqueles que apregoam a possibilidade do socialismo em um só país estão falando em construir o novo sistema no seio da ordem imperialista, o que lhes obriga a fazer concessões à política burguesa e a colaborar com os Estados capitalistas. Toda a história do estalinismo confirma essa afirmação.

Trotsky combateu virulentamente todos esses desvios e revisões do marxismo-leninismo. Também nesse aspecto, aparece como o herdeiro teórico e político de Marx, Engels e Lênin.

O admirável orador e incomparável estilista - a expressão é de Bernard Shaw - soube aplicar a teoria marxista à superestrutura cultural. Quando se encontrava no poder e desenvolvia uma ardente polêmica com os escritores da época, defendeu a impossibilidade da estruturação de uma cultura proletária, isto porque a classe operária e a ditadura do proletariado estavam

obrigadas - no caminho da destruição de toda forma de opressão de classe - a se dissolver na nova sociedade. Daí se pode concluir que não há tempo para o florescimento de uma cultura propriamente proletária, que não pode ser substituída pela revolucionária.

A cultura capitalista - hoje em total decadência - será substituída pela comunista, isso porque, na concepção de Trotsky, a cultura se justifica e aparece depois que um sistema econômico ingressa em sua maturidade.

Pelo trotskismo passaram figuras de destaque no campo cultural de todas as latitudes, entre os quais há que destacar os surrealistas como André Bretón e inclusive os muralistas mexicanos, como Diego Rivera. O fun-

damental é que esses intelectuais estiveram somente de passagem pelo campo da revolução e concluíram curvados por tendências mais moderadas, mais direitistas, revisionistas e pela própria pressão da burguesia.

Para eles, redigiu seu famoso manifesto "Por uma arte revolucionária independente", onde defende que a criação artística é inconcebível sem a mais ampla liberdade. Trotsky estava pensando na descomunal destruição da arte soviética pela ditadura sanguinária e contrarrevolucionária, com inconfundíveis traços policiais do estalinismo.

Há que assinalar que para Trotsky, o revolucionário tem na verdade sua arma mais poderosa e que não é estranho à mais severa moral. Por isso diz que somente pode realizar tudo aquilo que aproxima as massas para o objetivo da conquista do poder e que deve rechaçar e combater toda atitude que afaste os explorados de sua finalidade histórica.

Esse é um breve esboço das ideias principais do criador da Quarta Internacional. Trotsky espera que os revolucionários se incorporem na luta e em seu movimento colocando-se à sua altura, para que possam continuar sua obra e manter vivo o marxismo-leninismo.

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo LVII, 1992, Edições Massas)

